



Revista CreaPR

março/abril 2013 • nº 76

Mobilização paranaense

Profissionais unidos na discussão
dos marcos legais do Sistema
CONFEA/CREA

E mais:

Fiscalização:

Ação inédita do CREA-PR mostra necessidade de melhorias nas rodovias do Estado

Agronomia:

A importância e a força do cooperativismo para o desenvolvimento do Paraná

MUTUA

ATIVA NA CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA FORTE PARA O PROFISSIONAL DO CREA

A Mútua participa efetivamente dos Congressos Estaduais e do 8º Congresso Nacional de Profissionais, contribuindo para a modernização do Sistema Confea/Crea e Mútua.

PRESENTE NA VIDA DO PROFISSIONAL DO CREA EM MUITOS MOMENTOS

Associe-se e tenha à disposição os melhores benefícios para a sua carreira e o seu bem estar. Profissional, conte conosco para o seu sucesso!

Central de Relacionamento Mútua
0800 61 0003



Acesse!

Mais qualidade na sua vida

12  **Entrevista**
Sangue novo na política

CEP  **16**
Mobilização
profissional na discussão
dos marcos legais

21  **Aprovação**
de projetos
Agilidade na aprovação de projetos

Institucional  **30**
Estradas do passado,
tarifas mais altas do mundo

36  **Agronomia**
Aliadas do desenvolvimento

Agenda
Parlamentar  **39**
Câmaras Técnicas aprimoram
Agenda Parlamentar em 2013



Envie suas
sugestões,
perguntas,
dúvidas ou
críticas.

Sua opinião é importante. Escreva
através do link Fale Conosco no
site www.crea-pr.org.br

Participe e colabore com
esta importante ferramenta de
comunicação entre os profissionais
das áreas tecnológicas e o CREA-PR!

E+

Editorial	4
Giro de Novidades	5
Entidades de classe em foco	6
CREAÇÃO	15
Sustentabilidade	22
Institucional	24
Juridico	25
Tecnologia	26
Fiscalização	28
Artigo	33
Acessibilidade	34
Programa de Excelência	38
PCQ	40
ABENC/Metas	41
Fórum de Valorização Profissional	42

Profissionais mobilizados

Em maio, o CREA-PR realizará na cidade de Foz do Iguaçu o 8º Congresso Estadual de Profissionais (CEP). O evento antecede o 8º Congresso Nacional de Profissionais, que este ano será realizado no Rio Grande do Sul, na cidade de Gramado, no mês de setembro. Mais uma vez o CREA-PR se empenhou em realizar uma grande discussão e, desde março, mobilizamos os profissionais. Primeiro nas inspetorias, realizando 36 reuniões preparatórias. Depois, reagrupamos as propostas nas nossas oito regionais. O saldo desse trabalho você confere nesta edição da Revista do CREA-PR, que destaca algumas das mais de 200 propostas que estarão em discussão no 8º CEP.

Outro destaque desta edição são as rodovias paranaenses. A fiscalização realizada pelo CREA-PR, em conjunto com outros órgãos, apontou a necessidade real de melhorias. Por outro lado, integramos a Comissão Tripartite que reuniu representantes do Governo do Estado e das concessionárias. Em conjunto com o Sindicato dos Engenheiros do Paraná, o CREA-PR apresentou um relatório para contribuir com ideias e sugestões para o aprimoramento de diversas questões dos contratos. Um assunto polêmico, mas que o CREA-PR não tem medo de enfrentar. Uma boa leitura e até a próxima edição!

Presidente
Engenheiro civil Joel Krüger



Realização: Mamute Design
Rua Dr. Faivre, 750, 1101
Curitiba (PR) | (41) 3029-9890
www.mamutedesign.com

Apoio:



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná



Rua Dr. Zamenhof, 35, Alto da Glória, Curitiba-PR, CEP 80.060-240
e-mail comunicacao@crea-pr.org.br | site www.crea-pr.org.br
Telefones (41) 3350-6700 ou 0800-410067



www.twitter.com/crea_pr



www.facebook.com/creapr

DIRETORIA

Presidente

Engenheiro civil Joel Krüger

1º Vice-Presidente

Engenheiro agrônomo Osvaldo Danhoni

2º Vice-Presidente

Engenheiro civil Herivelto Moreno

1º Secretário

Engenheiro electricista Antonio Carlos Dequech José

2º Secretário

Engenheiro civil Nilton de Oliveira Capucho

3º Secretário

Engenheiro mecânico Carlos Alberto Bueno Rego

1º Tesoureiro

Engenheiro agrônomo Luiz Antonio Caldani

2º Tesoureiro

Engenheiro civil Itamir Montemezzo

Diretora Adjunta

Engenheira civil Janilce dos Santos Negrão Messias

CÂMARAS ESPECIALIZADAS

Câmara Especializada de Agronomia

Coordenador: Engenheiro agrônomo Gilberto Guarido

Câmara Especializada de Engenharia Civil

Coordenador: Engenheiro civil Luiz Capraro

Câmara Especializada de Engenharia Elétrica

Coordenador: Engenheiro electricista Sérgio Luiz Cequinel Filho

Câmara Especializada de Engenharia Mecânica e Metalúrgica

Coordenador: Engenheiro mecânico Elmar Pessoa Silva

Câmara Especializada de Engenharia Química

Coordenador: Engenheiro químico Ernesto Galvão Ramos de Carvalho

Câmara Especializada de Geologia e Engenharia de Minas

Coordenador: Geólogo Luiz Eduardo de Gaia Campos

Câmara Especializada de Engenharia de Segurança do Trabalho

Coordenador: Engenheiro de segurança do trabalho Antonio Cezar Carvalho Benoliel

Coordenação: Felipe Pasqualini
Editora: Daniela Licht
Editora-adjunta: Adriana Mugnaini

Colaboram nesta edição
Reportagem: Adriana Mugnaini, Ana Maria Ferrarini, Daniela Licht, Giovana Campanha, Cristina Lucchini
Fotos: Joka Madruga, Leandro Taques, ANPr, CREA-PR e divulgação
Pesquisa: Heloisa Camargo
Arte: Marcus Brudzinski
Editor de imagens e ilustrações: Rafael Camargo
Diagramação: Angélica Francisco
Jornalista responsável: Daniela Licht - MTB 3791/15/15v
Impressão: Serzgraf
Departamento comercial: (41) 3029-9890 - comercial@mamutedesign.com
Tiragem: 60 mil exemplares

Pequenas centrais hidrelétricas

O objetivo do livro – editado pela Associação Brasileira de Mecânica dos Solos (ABMS), com apoio da Comissão Técnica TC305 - *Geotechnical Infrastructure for Megacities and New Capitals* e da Sociedade Internacional de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica (ISSMGE) – é reunir e atualizar o conhecimento sobre temas como a geologia local, condições hidrogeológicas, resistência e deformabilidade dos solos sedimentares e residuais, entre outros. Vendido a R\$ 150 na ABMS, pelo telefone (11) 3768-7325. ▶

Foto: Divulgação

Exposição sobre geologia marinha

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) promove em maio uma exposição sobre geologia marinha no píer da Praça Mauá, no porto do Rio de Janeiro (RJ).

Na mostra, o navio japonês Yokosuka, atracado para visitação, que traz a bordo o submersível Shinkai 6500, responsável por levar pesquisadores brasileiros ao leito marinho (três mil metros de profundidade) de áreas do Atlântico Sul.

Durante a exposição, serão exibidas amostras de rochas, equipamentos e fotografias das expedições que estão sendo realizadas pela instituição na plataforma continental jurídica brasileira e em águas internacionais. O evento conta com o apoio da Marinha do Brasil e da JASMETEC e faz parte de um acordo de cooperação técnica entre o Brasil e o Japão na área de geologia marinha. ▶

FTD Digital Arena revolucionaria educação

O Grupo Marista inaugurou em Curitiba o primeiro e mais moderno espaço digital com tecnologia 4D Full Dome da América Latina, o FTD Digital Arena. O espaço é utilizado para exibir conteúdos didáticos voltados aos alunos da educação básica ao ensino superior. Desenvolvido por dois anos, o FTD Digital Arena permite realizar aulas interativas nas mais diversas áreas do conhecimento, além do

uso para fins de entretenimento e também como um sofisticado planetário digital.

Com capacidade para 116 pessoas e cúpula de 14 m de diâmetro, ocupa uma área de 980 m² no campus da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), em Curitiba. A tela em formato semiesférico possibilita a projeção em 180° e 360°, gerando uma completa imersão, que coloca o espectador dentro do cenário como personagem. ▶

AGENDE-SE:

Congresso Paranaense de Olericultura
I Simpósio da Associação Brasileira de Horticultura do Paraná
II Seminário do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos

De 05 a 07 de junho, no Cedeteg (Unicentro)

Informações: (42) 3629-8213

Inscrições:
<http://eventos.unicentro.br/cpo2013>

Por Ana Maria Ferrarini

Valorização profissional é compromisso da diretoria da ABEC-PR

Associação Brasileira de Engenheiros Cartógrafos no Paraná (ABEC-PR) renovou em março a diretoria para o biênio 2013-2015. A entidade passa a ser presidida pelo engenheiro cartógrafo Juan Carlos Girona, eleito pela chapa “Cartografia: Necessidade Nacional”.

Ao tomar posse, a nova

diretoria enalteceu o trabalho realizado pela gestão anterior, do engenheiro cartógrafo José Antonio Teixeira de Oliveira Filho, e apresentou as suas metas: maior integração com profissionais de outras áreas, cursos de capacitação, seminários técnicos e apoio e participação ampla às iniciativas do CREA-PR. Também estão previstas reuniões de trabalho para a transição de diretorias e preparação para participação ativa nos eventos do CREA-PR. ►

AEAC apresenta ações e planos para Castro

Ações de apoio ao município de Castro visando a adequação de escolas municipais e prédios públicos às normas de acessibilidade, avaliando as condições atuais e planejando as intervenções necessárias para a adaptação. Este é um dos compromissos firmados pela nova diretoria da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Castro (AEAC), presidida pelo

engenheiro civil Edmir Reinaldo Kirchoff.

A entidade também participou ativamente das Reuniões Preparatórias de Inspeções (RPIs) do 8º Congresso Estadual de Profissionais (CEP), apresentando nove propostas de alteração na atual legislação profissional. A diretora da AEAC, engenheira civil Celina Marques Souza, foi eleita delegada sem mandato para defender as propostas aprovadas no CEP. ►

AEAGRO premia melhores trabalhos de formandos em Agronomia



Foto: Divulgação

Pelo quinto ano consecutivo, a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Guarapuava (AEAGRO) entregou o prêmio aos melhores Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) para os formandos de Agronomia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), campus de Guarapuava. A solenidade aconteceu em março, durante a formatura dos novos agrônomos.

De acordo com o presidente da AEAGRO, engenheiro agrônomo [José Roberto Papi](#), a iniciativa é muito aguardada pelos formandos. “A expectativa pela premiação é grande e também motivo de satisfação entre os acadêmicos, por ser o único curso que tem este destaque”, afirma. Todos os trabalhos são avaliados pela entidade, o que garante igualdade de oportunidade aos alunos.

“Nosso objetivo é disseminar conhecimento técnico e científico. A AEAGRO já premiou 25 TCCs e a banca acadêmica avaliou 240 trabalhos, em cinco anos”, explica Papi. Na quinta edição, foram premiados os formandos Mateus Tonelli, Cassio Augusto Mascarenhas, Bruno Rodrigues de Oliveira, Matheus Pompermayer Meotti e Edinéia Ferreira da Silva. ►

AEFI promove evento de confraternização

A Associação dos Arquitetos Agrônomos e Engenheiros de Foz do Iguaçu (AEFI) iniciou 2013 com uma programação diferenciada. No primeiro sábado de cada mês, um almoço com profissionais estimula a confraternização por meio da apresentação e debate de assuntos de interesse dos engenheiros e também da população iguaçuense.

O primeiro encontro, em fevereiro, teve como ponto central a apresentação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu (Codefoz), com a presença do presidente do Conselho, Danilo Vendruscolo, e do diretor executivo da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu (Acifi), Dimas Bragagnolo.

O segundo, em março, debateu o projeto da nova ponte entre Brasil e Paraguai, coordenado pelo engenheiro civil Vicente Veríssimo Júnior, supervisor regional do Departamen-



Foto: Divulgação

to Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT).

Com ações como esta, a entidade se fortalece e promove a valorização dos profissionais locais. ■

AEQP presta consultoria para outros estados

Serviços de Engenharia Consultiva (Serenco) conta com a consultoria do engenheiro químico Cláudio Luiz Geromel Barretto, presidente da Associação dos Engenheiros Químicos do Paraná (AEQP), na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos oito municípios que compõem a Região dos Lagos, no Rio de Janeiro.

Os trabalhos compreendem o que dispõe a Lei nº 11.445/2007 (Lei Nacional do Saneamento Básico),

que estabelece as diretrizes para o desenvolvimento dos planos municipais, englobando o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, a limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos.

Barretto coordena o Projeto de Comunicação e Mobilização Social dos Planos Municipais, que prevê o desenvolvimento do trabalho por meio de um modelo de planejamento participativo e de caráter permanente. ■

Agronegócios na pauta de evento da AREAC



Foto: Divulgação

Mais de 200 engenheiros agrônomos de todo o Paraná participaram da AGROPEC SUL—Feira de Agricultura e Pecuária Brasil Sul, em abril, organizada pela Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos de Cascavel (AREAC). Para o presidente da entidade, engenheiro agrônomo Marcos Roberto Marcon, o evento proporcionou a difusão de tecnologias agropecuárias voltadas ao aumento de produtividade. “A avaliação foi tão positiva que a AREAC decidiu promover a segunda edição no ano que vem”, diz.

“Com pauta rica e diversificada de

produtos e modelo agrícola centrado na produção de grãos, é necessária, cada vez mais, a transferência de tecnologias apropriadas aos produtores rurais, visando ao aumento de produtividade e maior conservação do solo e água. Com a globalização e crescente competitividade da economia, está se exigindo a ampliação da escala de produção, e, para isto, a discussão de temas relativos ao agronegócio é de extrema importância”, justifica Marcon. Além da feira, foram realizados os simpósios paranaenses dos profissionais de assistência técnica, de pecuária leiteira e de biotecnologia. ■



Foto: Divulgação

Ampliar a qualificação profissional é meta da AREARC

Intensificar a integração entre os associados, ampliar a qualificação dos profissionais e da mão de obra e atuar em defesa da ética no exercício das profissões. Essas são as principais metas da diretoria da Associação Regional dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Cianorte (AREARC), presidida pelo engenheiro civil Luiz Fabiano Calderoni. Para aumentar em 10% o quadro associativo, um dos desafios da atual gestão, a entidade pretende realizar um evento mensal voltado à qualificação profissional. Outra meta é obter uma boa classificação no Prêmio CREA de Qualidade (PCQ).

Segundo Calderoni, uma das mais importantes conquistas da entidade foi a entrega da nova sede, um espaço de mais de 400 m², em 2012. “A construção de uma sede que atendesse aos anseios da categoria era um sonho que se tornou realidade, graças ao empenho de várias diretorias que estiveram à frente da AREARC e ao apoio da Prefeitura Municipal de Cianorte”, destaca. Além disso, a parceria com o CREA-PR, formalizada por meio de um contrato de comodato, disponibilizou equipamentos e móveis para utilização no auditório. ■

ARECI alerta sobre importância da acessibilidade no comércio



Foto: Divulgação

Esclarecer a importância da acessibilidade no comércio, abordando custos e investimentos, estatísticas, leis e inclusão no ambiente de trabalho. Este foi o principal objetivo da palestra ministrada pelo engenheiro mecânico Sérgio Yassuo Yamawaki, presidente da Comissão de Acessibilidade do CREA-PR, promovida pela Associação Regional dos Engenheiros Cíveis de Irati (ARECI). “O encontro mostrou que acessibilidade é um tema universal e consiste em promover o acesso livre a qualquer indivíduo, portador de necessidades especiais ou não”, diz a presidente da ARECI, engenheira civil Diana Serbai. “É preciso conscientizar os clientes a adaptar a obra às normas de acessibilidade, pois muitos consideram esta adaptação um custo, e não um investimento”. ■

Conselheiro do CREA-PR assume diretoria-geral da UTFPR

O engenheiro agrônomo Idemir Citadin, conselheiro da Câmara de Agronomia do CREA-PR, assumiu a diretoria-geral da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) em Pato Branco, em abril. “Nossa proposta foi vencedora, pois defendemos a construção de um Conselho deliberativo no campus Pato Branco, representado por todos os Departamentos Acadêmicos e Técnicos-Administrativos eleitos pelos pares e por representantes dos estudantes”, diz. Segundo o engenheiro, a partir de agora se pretende construir o planeja-

mento do campus, com a formação de uma equipe executiva formada por quatro diretorias: Graduação e Educação Profissional, Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação, Diretoria de Planejamento e Administração e Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias.

“Buscarei o entendimento por meio do diálogo e planejamento. Todos terão a oportunidade de entender a necessidade uns dos outros. Terão elementos sólidos para decidir as prioridades do campus acima das necessidades de seus departamentos”. ■

CREA-PR entrega registro profissional a egressos da UEM e CESUMAR

Cerca de 100 pessoas prestigiaram o evento de entrega de registros profissionais aos egressos da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do Centro Universitário de Maringá (CESUMAR), realizado em março, na Regional de Maringá do CREA-PR.

Destaque para a presença do presidente do CREA-PR, engenheiro civil Joel Krüger, do vice-presidente do Conselho, engenheiro agrônomo Osvaldo Danhoni, e do diretor da Secretaria Municipal de Planejamento de Maringá, Roberto Petrucci, representando o prefeito Carlos Roberto Pupin (PP), entre outras autoridades.

Para o presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Maringá (AEAM), engenheiro civil Nivaldo Barbosa de Lima, foi um momento especial e de aproximação. “Quando eu saí da faculdade não tive essa inte-

ressante oportunidade. Vejo a iniciativa como um momento muito importante, pois representa uma maneira de recepcionarmos estes os profissionais e guiarmos no começo de carreira”, comenta. ►



Foto: Divulgação

AEAA pede colaboração do Governo com segurança pública de Apucarana

O presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Apucarana (AEAA), engenheiro de computação Alcides Vicente Junior, conversou com o governador Beto Richa no começo de abril, durante sua visita à Apucarana. No encontro, Vicente Junior solicitou maior colaboração do Governo do Estado na segurança pública do município, enfatizando a morte do diretor da entidade, engenheiro civil Francisco Marchi, após um assalto a sua residência. ►



Foto: Divulgação

Diretoria da AEACG faz levantamento positivo de gestão

Após finalizar o mandato à frente da Associação dos Engenheiros Agrônomos dos Campos Gerais (AEACG), o engenheiro agrônomo Paulo Afonso Volpato, presidente da entidade por duas vezes, fez um balanço sobre a gestão.

Entre as iniciativas merecem destaque eventos de capacitação e valorização profissional, como o “Encontro sobre Pragas nas Culturas de Soja e Milho”, “Encontro sobre Ferrugem Asiática e Mofo Branco na Cultura da

Soja”, o painel “Resultados e Posicionamento de Cultivares de Soja e Híbridos de Milho – Safra 2011-2012” e o simpósio “Fertilidade do Solo no Sistema de Plantio Direto”, que rendeu um livro homônimo.

Publicada em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a obra traz resultados atualizados de pesquisas e pode ser solicitada na secretaria da AEACG pelo telefone (42) 3222-1520 ou pelo e-mail aeacg@uol.com.br. ►

Entidades de classe de Londrina elegem novos representantes

Entidades de classe da Regional de Londrina do CREA-PR realizaram eleições para eleger novos representantes. O engenheiro civil Rogério Di Credo Gilioli foi eleito presidente da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Norte Pioneiro (AEANP). O engenheiro

eletricista Marco Antonio Ferreira Finocchio passa a comandar a Associação Profissional dos Engenheiros e Arquitetos da Região de Cornélio Procopio (APEAR-CP). O engenheiro civil Antonio Vincenzi é o novo presidente da Associação Regional de Engenharia e Arquitetura de Ibaiti (AREA), o

engenheiro industrial mecânico Wladimir Edison Fonseca está à frente da Associação Platinense de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (APLA) e a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Cambé (AEA) tem como novo presidente o engenheiro civil Abel Adilson Sripes. ►

AEANOPAR destaca parceira com a gestão municipal

À frente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Noroeste do Paraná (AEANOPAR), o engenheiro civil Jerson Godoy Leski informa que, nos próximos dois anos, a entidade participará de relevantes atividades junto à comunidade local.

De acordo com ele, a associação vem conquistando credibilidade e o respaldo da gestão municipal. Em visita à Prefeitura Municipal de Umuarama, acompanhado do gerente da Regional do CREA-PR de Maringá, engenheiro

civil Hélio Xavier da Silva Filho, Leski conversou com o prefeito Moacir Silva (PDT), que se colocou à disposição para a elaboração de projetos conjuntos, visando ao desenvolvimento econômico, social e ambiental do município. “A entidade incentivará o fortalecimento da fiscalização de obras e seguirá com a participação nas revisões do Plano Diretor de Umuarama, que precisa de importantes definições quanto ao estabelecimento de normas, diretrizes e resoluções para o crescimento ordenado do município”, diz Leski. ▀

Nova diretoria quer modernizar o IEP



Foto: Divulgação

O engenheiro civil Cássio José Ribas de Macedo é o novo presidente do Instituto de Engenharia do Paraná (IEP) pelos próximos dois anos.

Entre os desafios de sua gestão está a necessidade de adequar o IEP aos mais modernos padrões de gestão e também de estimular a participação dos associados. “Vamos oferecer mais oportunidades de envolvimento, seja sob a motivação técnica e profissional ou pela atração oferecida pelos serviços e eventos de lazer, como o Bar da Amizade, espaço para encontrar os amigos e colocar a conversa em dia”. ▀

CREA-PR lamenta morte de profissionais

O CREA-PR lamenta o falecimento de dois profissionais, o engenheiro civil Ivo Mendes Lima, que presidiu o Conselho por dois mandatos (1985/1990), e o engenheiro civil Antonio Carlos do Nascimento, ex-presidente do Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina (1988/89). ▀

AREA apresenta convênio Casa Fácil a prefeitos do Paraná

O presidente da Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos de Pato Branco (AREA), engenheiro civil Hélio Gomes da Silva Junior, apresentou o programa Casa Fácil a cinco prefeituras da região.

A avaliação das reuniões, realizadas em Clevelândia, Mariópolis, Bom Sucesso do Sul, Chopinzinho e Coronel Domingos Soares, foi bastante positiva. “Os prefeitos demonstraram interesse em aderir ao convênio. Muitos ainda estão adequando o orçamento municipal, situação compreensível em início de mandato. Mas a receptividade foi muito grande e vamos aguardar o posicionamento individual”, anuncia Gomes da Silva Junior. “O Casa Fácil é muito conhecido e tem muita credibilidade, daí o interesse dos prefeitos em mais informações. O programa deverá ser adequado à realidade de cada cidade”, fala o presidente da AREA, que já agenda novo roteiro de visitas. ▀



Foto: Divulgação



Foto: Divulgação

CEAL pretende ampliar a qualificação profissional

A engenheira civil Maria Clarice de Oliveira assumiu a presidência do Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina (CEAL) e tem como principal meta de gestão a qualificação profissional. “Os engenheiros ‘genéricos’, que fazem de tudo um pouco, desde definir o projeto arquitetônico, contratar os projetos estrutural, hidráulico e elétrico sem a devida e necessária compatibilização, e ainda acompanhar a obra, estão com os dias contados”, decreta. “A especialização é o maior desafio”.

O objetivo da atual gestão é promover uma interface entre as câmaras especializadas e os órgãos públicos. “Vamos acompanhar na Câmara de Vereadores de Londrina o processo de aprovação do projeto Agiliza Obra, importante instrumento para desburocratizar o departamento de obras, que gasta preciosas horas técnicas de seus profissionais conferindo itens internos das residências que em nada interferem na vida dos munícipes”, diz. ▀

Engenheiro agrônomo é novo secretário de Agricultura de Pato Branco

O presidente da Associação de Engenheiros Agrônomos de Pato Branco, engenheiro agrônomo Clodomir Luiz Ascari, assumiu o comando da Secretaria Municipal da Agricultura. A sua participação no programa Agenda Parlamentar foi o que motivou o prefeito Augustinho Zucchi (PDT) a convidá-lo para integrar sua equipe.

“As propostas contidas no Estudo Básico de Desenvolvimento Municipal (EBDM) estão sendo muito bem aceitas pela prefeitura”, afirma Ascari. “As ações sugeridas no documento visam a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem no meio rural, meta da administração municipal”, explica. Como secretário, Ascari pretende colocar em prática as propostas do

estudo, que abrange a readequação de estradas rurais de acordo com práticas conservacionistas, incentivo ao saneamento rural com a construção de poços artesianos, monitoramento da qualidade das águas das escolas e das comunidades e a construção e reforma e ampliação de moradias rurais. ▀



Foto: Divulgação

ERRATA – Na edição 75 da revista foi veiculada erroneamente a formação de dois profissionais. Ao contrário do divulgado, o presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Apucarana (AEAA), Alcides Vicente Júnior, é engenheiro da computação e engenheiro de segurança do trabalho, e o secretário Municipal do Meio Ambiente de Arapongas, Justo Marques, é engenheiro agrônomo. ▀



Foto: Divulgação

Sangue novo na política

Alexandre Kireeff inicia carreira pública em grande estilo no comando da segunda maior cidade paranaense

Por Adriana Mugnaini e Daniela Licht

A pós enfrentar uma acirrada eleição e receber 50,53% dos votos, contra 49,47% do adversário, o empresário Alexandre Kireeff (PSD) assume a prefeitura de Londrina ocupando pela primeira vez em sua carreira um cargo público. Natural de Marília (SP), formado em Medicina Veterinária e com especialização em Gestão Estratégica, Kireeff comanda – junto com o vice-prefeito, engenheiro civil Luiz Augusto Bellusci Cavalcante (PSD) – a administração da segunda maior cidade do Estado e no mandato 2013-2016 terá a oportunidade de implementar as propostas apresentadas em campanha. Entre elas, a promoção de uma política ambiental municipal integrada com todas as ações do governo municipal, o estabelecimento de políticas de gestão e desenvolvimento sustentável com vistas à geração de renda e emprego e o desenvolvimento da infraestrutura urbana para aprimorar a mobilidade, acessibilidade e qualidade de vida do cidadão londrinense. Leia ao lado:

Revista do CREA-PR – Municípios como Foz do Iguaçu e Maringá implantaram sistemáticas para agilizar a emissão dos alvarás de construção, com ótimos resultados. O senhor pretende implantar esta metodologia em Londrina?

Prefeito Alexandre Kireeff – Sim, nós inclusive já encaminhamos à Câmara Municipal de Londrina um projeto de lei denominado Agiliza Obra. A proposta é diminuir para 15 dias o tempo de aprovação de obras com até 100 m², que respondem por 60% das nossas demandas. Formatado nos moldes do convênio homônimo que o CREA-PR já implantou em Foz do Iguaçu e Maringá, e que está implantando em Curitiba e Guaratuba, tem a função de dar celeridade aos processos de aprovação e tornar mais ágil esse fluxo.

O senhor acredita que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional Arco Norte pode trazer para a cidade e região maior competitividade?

Acredito que trará um enorme diferencial competitivo e poderá criar a diferenciação necessária para a nossa região, atraindo empreendimentos comerciais que talvez não elegessem o local se aqui não fosse instalado o Arco Norte. Esse projeto cumprirá, sob o ponto de vista logístico, o diferencial competitivo que no passado foi ocupado pela estrada de ferro. A meu ver, ele acarretará um nível de diferenciação comparado às outras regiões, atuando como um agente de desenvolvimento econômico, social e sustentável.

Com a revogação do Decreto nº 1024/2009, que declarava de utilidade pública a área destinada a implantação do Aeroporto Internacional de Cargas, o senhor entende que recursos, como os R\$ 300 milhões incluídos no Plano Plurianual (PPA) para serem liberados pelo governo federal a partir deste ano, estarão prejudicados?

Não haverá qualquer prejuízo. O que acontece é que existia uma recomendação administrativa do Ministério Público orientando para que a área contígua ao Parque Estadual da Mata dos Godoy não fosse mantida como utilidade pública. Com isso, o cronograma do empreendimento se modifica, mas o fim não se altera, ou seja, a sequência natural será mantida. Agora, o projeto passará pelas fases de análise da viabilidade econômica e financeira, em seguida para a elaboração de estudos de impacto ambiental, para então verificar a decretação ou não de utilidade pública da área.

Nos estudos iniciais para implantação do Arco Norte estava prevista a ampliação na Mata dos Godoy - de preservação ambiental. Isto não iria favorecer a preservação de fauna e flora, melhorando o aspecto ambiental?

O Arco Norte está mais para um protocolo de intenções do que um projeto verdadeiramente, pois se encontra ainda em uma fase embrionária. Como eu disse anteriormente, passará ainda por algumas fases de avaliação, o que impede qualquer especulação a respeito.

O senhor falou em entrevista recente que este projeto terá novo cronograma para implantação. As entidades envolvidas participarão dessas decisões? Ou são apenas deliberações do executivo municipal?

As decisões técnicas fazem parte de um cronograma de trabalho. O que é atribuição do poder público será tratado dessa forma, mas garanto que sempre informando a população e sociedade civil organizada com total antecedência e transparência.

Quais os principais desafios na área de gestão urbana em Londrina com foco em mobilidade urbana e destinação de resíduos sólidos?

Conseguimos incluir no PAC 2 - PAC das Médias Cidades, recursos de mais de R\$ 176 milhões destinados a projetos de mobilidade urbana. Um deles é o do BRT, ou transporte rápido por ônibus, com a implantação de duas linhas que cortarão a cidade nos sentidos Norte-Sul e Leste-Oeste. Teremos também outros investimentos no sistema viário e ações neste sentido.

A questão específica dos resíduos sólidos está sendo discutida internamente com a equipe de governo e será apresentada à sociedade em breve. Idealizamos um novo modelo de gestão de resíduos sólidos, que vem sendo tratado sob a rubrica de Lixo Zero. O conceito de aterro sanitário e central de tratamento de resíduos será substituído. Nossa meta é atender as necessidades da cidade como um todo e modificar o atual modelo.

Quais os principais desafios da sua gestão? Como o senhor vê a cidade de Londrina em 2016?

A minha gestão é lastreada em um tripé que engloba a questão do conhecimento técnico e o desenvolvimento econômico para permitir criar condições de oferecer à população serviços públicos de qualidade, como educação, saneamento, saúde, habitação e mobilidade. Os desafios consistem em manter uma prefeitura com as contas equilibradas, equipamentos públicos funcionando à altura das necessidades e com manutenção adequada, a implementação de processos de manutenção preventivos para tornar a cidade simplesmente como ela deve ser.

Nosso grande desafio é criar condições de vida digna e oportunidades a todos aqueles que vivem na cidade, ou seja, nada além do que a população tem direito.

Qual a importância do planejamento e dos profissionais da Engenharia para o desenvolvimento municipal?

Denomino como fundamental. Nossa proposta de campanha era baseada no trinômio do desenvolvimento econômico, gestão técnica e a prestação de um serviço público de qualidade, o que só é conseguido com profissionais capacitados. Com a quantidade atual de demandas por obras, a presença de profissionais gabaritados acompanhando o processo torna-se imprescindível.

O senhor recebeu os cadernos técnicos da Agenda Parlamentar do CREA-PR nas ações de 2012. O senhor aprova estas iniciativas?

Essa interação com a sociedade civil organizada é fundamental pra que o poder público tenha um maior percentual de acertos nas tomadas de decisão. Quando bem embasadas em estudos técnicos e avaliadas por uma categoria tão qualificada como essa, isso facilita ainda mais esse acerto. ▶

Propostas de campanha

Educação

Implementar um ambiente educacional eficiente, com foco nas pessoas e na visão de uma sociedade tecnologicamente avançada, globalizada e sustentável.

Esportes

Tornar o esporte uma ferramenta educacional.

Cultura

Desenvolver políticas de incentivo à cultura para garantir aos produtores culturais o pleno exercício de suas atividades.

Segurança

Políticas de segurança pública para garantir às famílias e cidadãos a plena utilização dos equipamentos públicos e privados sem a privação de suas liberdades.

Meio ambiente

Promover uma política ambiental municipal integrada com todas as ações do Governo Municipal.

Desenvolvimento econômico

Estabelecer políticas de gestão e desenvolvimento sustentável com vistas à geração de renda e emprego.

Planejamento, orçamento e gestão

Planejar e desenvolver uma estratégia orçamentária que possibilite uma gestão pública racional, eficaz e promotora de desenvolvimento econômico e social sustentável.

Saúde

Desenvolver uma política de saúde eficiente, autônoma, devidamente dimensionada e com corpo funcional adequadamente remunerado.

Infraestrutura urbana e habitação

Aprimorar a mobilidade, acessibilidade e qualidade de vida sustentável.

Assistência social

Desenvolver e implementar políticas de assistência social para a população em condições de vulnerabilidade. ▶



Foto: Divulgação

▶ **Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)**

▶ **Especialista em Gestão Estratégica do Agronegócio pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)**

▶ **Estudos em Negociações Internacionais pela USP e Agronegócio pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)**

▶ **Empresário dos setores de Bioenergia, Empreendimentos Imobiliários e Agronegócio**

▶ **Presidente da Sociedade Rural do Paraná (SRP) entre 2006 e 2010**

▶ **Membro do Conselho Universitário da UEL, da Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina e Região (ADETEC), do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia e também do Conselho de Administração do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR)**

Responsabilidade social para formação profissional

CREA-PR e IEP promovem curso pré-vestibular para alunos de baixa renda que lutam por vaga em instituições públicas de ensino

Por Daniela Licht

Foto: Divulgação



Alunos de baixa renda advindos de escolas públicas têm no **CREAÇÃO Pré-Vestibular** a oportunidade de se preparar e conseguir uma vaga em cursos de graduação na área tecnológica. Promovido desde 2008 em parceria entre o CREA-PR e o Instituto de Engenharia do Paraná (IEP), está em sua sexta edição e neste ano terá uma turma com 50 vagas. As aulas são ministradas por professores voluntários e abrangem as disciplinas de Matemática, Física, Química, Português (Gramática e Literatura), Inglês, Espanhol, Geografia, História e Biologia.

“A proposta social do CREAÇÃO é fornecer condições de estudo aos alunos que não possuem recursos financeiros. Acho uma ferramenta muito boa, pois foi a partir dessa experiência que obtive o conhecimento necessário para a realização das provas do vestibular”, comprova a ex-aluna da turma de 2010 e agora estudante de engenharia civil da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Alana Soares de Oliveira. “Além do acesso aos conteúdos, são disponibilizados aos alunos o acesso ao cenário das profissões das áreas da Engenharia, Agronomia e Geociências, através de palestras com profissionais atuantes em cada uma das áreas”, explica a geógrafa Cacilda Redivo, coordenadora do CREAjr-PR.

Capilarização do ensino

Há cinco anos, o matemático Bruno Kerber de Oliveira faz parte da equipe de professores voluntários e está na coordenação do CREAÇÃO, administrando o trabalho de um time formado anualmente por 30 professores e 50 estudantes.

“A garra nos estudos e a felicidade após a aprovação são fatores determinantes no desenvolvimento do nosso trabalho voluntário”, diz.

De acordo com Oliveira, em Curitiba existem somente três cursos com proposta semelhante, que ofertam no total cerca de 500 vagas anuais. “Esse número mostra que ainda muitos estudantes ficam de fora e não conseguem uma oportunidade de se preparar bem para o vestibular”, fala. “É fundamental o apoio de todos para que iniciativas como essa ganhem força e capilaridade, de forma a oferecer mais vagas e melhor capacitar nossos estudantes”, conclui.

“O CREAÇÃO é uma grande ação de responsabilidade social que propicia uma chance única de iniciar a preparação ou resgatar o sonho de retomar os estudos”, finaliza Cacilda, frisando que a iniciativa já aprovou 72 estudantes no vestibular em seus cinco anos de atividade. ▶

Mobilização profissional na discussão dos marcos legais

Números expressivos marcam participação dos profissionais paranaenses nas reuniões preparatórias ao 8º CEP

Por Daniela Licht

Profissionais de todo o Paraná participaram ativamente das reuniões prévias do 8º Congresso Estadual de Profissionais (CEP), que será realizado de 19 a 21 de maio, em Foz do Iguaçu. Estes encontros serviram como suporte para a posterior promoção do 8º Congresso Nacional de Profissionais (CNP), que neste ano debaterá os marcos legais do Sistema CONFEA/CREA (ver infográfico ao lado).

O envolvimento e o comprometimento nesta etapa inicial é traduzido em números: mais de 1,5 mil participantes nas 44 reuniões e um saldo final de 213 propostas aprovadas.

As Reuniões Preparatórias simbolizaram um grande passo na participação de profissionais e estudantes na discussão dos marcos legais das profissões.

“Este trabalho de base é fundamental para uma efetiva representação do Paraná na segunda etapa, de nível nacional”, explica o presidente do CREA-PR, engenheiro civil Joel Krüger, que ocupou o cargo de coordenador titular da Comissão Organizadora Regional (COR) do CREA-PR na edição de 2010 do Congresso. ▶



Reivindicação de necessidades

Proposta do CNP é mobilizar e aperfeiçoar Sistema CONFEA/CREA

Realizado a cada três anos, o Congresso Nacional de Profissionais (CNP) tem a finalidade de incentivar a participação dos profissionais do Sistema CONFEA/CREA no desenvolvimento nacional, a partir da discussão de suas normativas e da consequente integração com a sociedade e entidades governamentais.

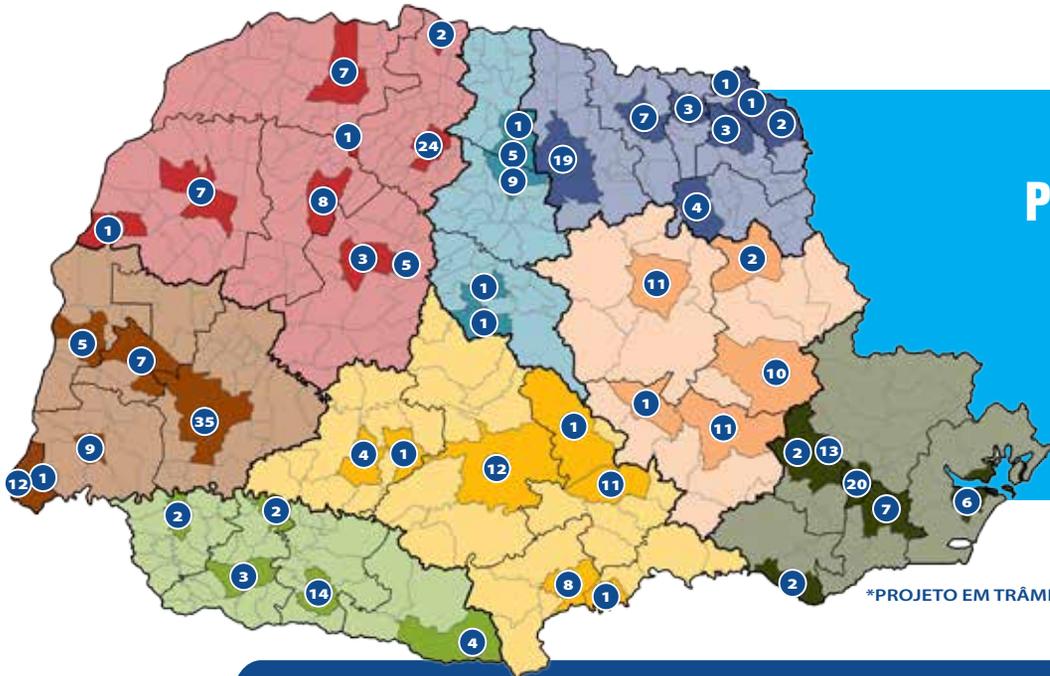
Neste ano, o CNP está em sua oitava edição e será realizado em duas fases: a primeira, em Gramado (RS) de 12 a 14 de setembro, simultaneamente à realização da 70ª Semana Oficial da Engenharia e da Agronomia (SOEA). A segunda, de 11 a 13 de novembro, em Brasília (DF). Ambas têm como proposta reunir, debater e definir as demandas dos profissionais do Sistema CONFEA/CREA elencadas nas versões estaduais do evento.

Norteados pelo tema Marcos Legais: competência profissional para o desenvolvimento tecnológico nacional, profissionais de todo País estão em ação, discutindo propostas desdobradas em cinco eixos temáticos: formação, exercício, integração e valorização profissional, integração social e inserção internacional.

“A proposta do CNP é sensibilizar e mobilizar as lideranças, comunicar e integrar o universo profissional e a sociedade, aperfeiçoar a visão de futuro e o Sistema CONFEA/CREA, valorizar os profissionais e fortalecer suas entidades”, fala o atual coordenador da COR, engenheiro civil André Gonçalves. “É um conceito bastante democrático de discussão das normas que regulamentam nossas profissões. A previsão é de termos nesta edição 392 delegados estaduais, representando um milhão de profissionais. Em 2010 foram 288 delegados para cerca de 700 mil profissionais”, acrescenta. Para o engenheiro eletricista Edison Flavio Macedo, assessor da Comissão Organizadora Nacional do 8º CNP (CON8CNP), as lideranças presentes no Congresso precisam empenhar seus esforços e energias no sentido de construir uma consistente estratégia de ação parlamentar. “De um lado, precisamos garantir as melhores condições para assegurar a sustentabilidade do conjunto de organizações que compõe o Sistema CONFEA/CREA. De outro, precisamos nos precaver contra as ameaças a essa sustentabilidade, representadas por um grande número de projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional”, explica. “Daí a necessidade dessa estratégia parlamentar, uma vez que, sem isso, poderemos desperdiçar uma oportunidade histórica como essa de discussão dos marcos legais”, diz. ▶

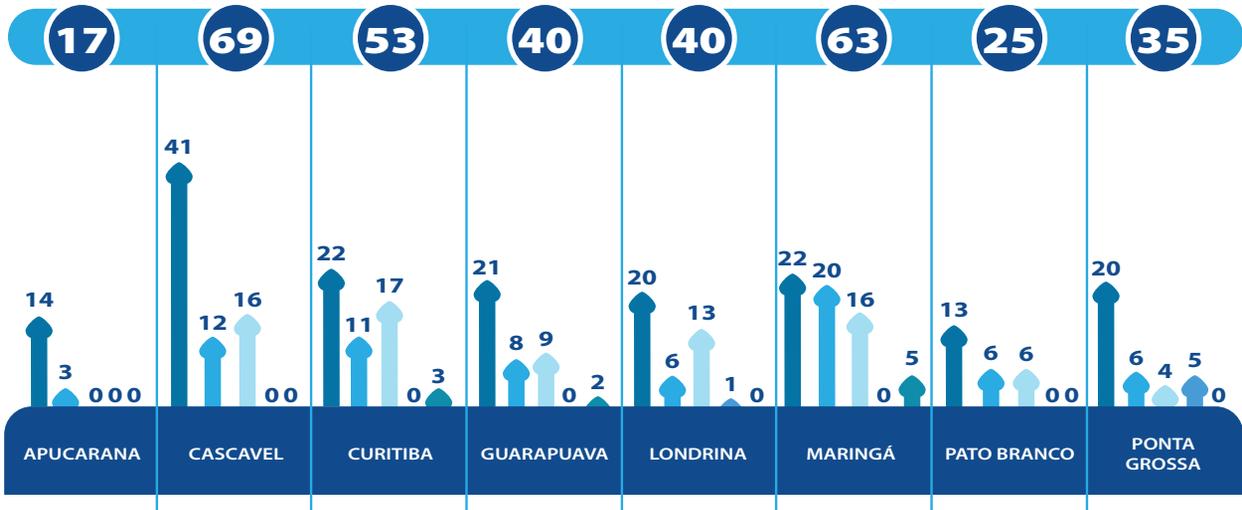


Paraná contribui com propostas de melhorias



PROTECOLO POR SITUAÇÃO NAS REGIONAIS DO CREA-PR

TOTAL POR REGIONAL



TOTAL POR SITUAÇÃO



Ponta Grossa

“Acho fundamental a interação com o CREA-PR através destes encontros associativos sobre a revisão dos marcos legais, pois leva até o Sistema os anseios e desejos dos profissionais, com foco em facilitar, agilizar e dar mais qualidade aos serviços prestados por cada um de nós”.

[Engenheiro civil Eugênio Márcio de Carvalho e Silva](#)

Proposta: Baixa de ART por distrato entre profissional e contratante. A proposta é de que o CREA não exija mais a anuência do contratante para efetuar a baixa de ART de obra quando houver distrato entre as partes, bastando a declaração do profissional. A proposta visa a alteração da Resolução 1025 do CONFEA.



Foto: Divulgação

Curitiba

“As reuniões prévias do CNP no Paraná buscam revisar os marcos legais, instituir e democratizar o debate local, regional, estadual e nacional. A proposta é assegurar o exercício e direitos profissionais, sociais e individuais, em uma sociedade fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias inseridas no Sistema CONFEA/CREA”.

[Geógrafo Sérgio Leite](#)

Proposta: Versa sobre ação de fiscalização do CREA-PR com relação aos profissionais diplomados no exterior.



Foto: Divulgação

Maringá

“Esta é uma grande oportunidade para que todos exponham as suas necessidades e expectativas que envolvem as nossas profissões através de propostas que possam vir a se tornar projetos de lei e minutas de resoluções, visando o aperfeiçoamento do Sistema CONFEA/CREA, valorizando os profissionais e fortalecendo suas organizações”.

[Engenheiro civil Fabio Mazzaron Magron](#)

Proposta: Validação de títulos, cursos e atribuições profissionais pelo Sistema CONFEA/CREA, em parceria com as instituições de ensino através do Ministério de Educação (MEC).



Foto: Divulgação

Guarapuava

“Considero da maior importância a participação dos profissionais nas reuniões do CEP, pois é a oportunidade para revermos o mecanismo dos marcos legais, procurando melhorá-lo e adaptá-lo à realidade que vivemos”.

[Engenheiro civil Gerson Luiz Boldrini](#)

Proposta: A obrigatoriedade por lei de elaboração e apresentação física de todos os projetos na obra e no serviço.



Foto: Divulgação

Londrina

“Esta oportunidade se faz única e de vital importância no desempenho de cada engenheiro que realmente se respeita como profissional”.

[Engenheiro civil José Roberto Francisco Ruas](#)

Proposta: Instituir por meio de lei federal a habilitação de laudos de avaliação de imóveis urbanos e rurais somente por profissionais da Engenharia e da Agronomia.



Foto: Divulgação

Cascavel

“Devemos aproveitar o CEP e CNP para debater as leis que regem as profissões. Expondo pensamentos e ideias teremos resultados positivos à atuação profissional de toda a classe e, em consequência, melhorias para toda a sociedade”.

[Engenheira civil Suzely Schmitk Soares](#)

Proposta: Referente à eleição do Sistema CONFEA/CREA, que todos os processos eleitorais do Sistema sejam realizados de forma eletrônica através do acesso restrito do site.



Foto: Divulgação

Pato Branco

“As reuniões preparatórias representam a oportunidade real de um processo de participação aberto e dinâmico de discussão do sistema profissional, a partir da apresentação de propostas para a permanente atualização de seu marco legal e adequação ao exercício profissional”.

[Engenheiro agrônomo José Maria Vicente Rodrigues](#)

Proposta: Alteração das atribuições dos técnicos de nível médio estabelecidas no decreto nº 4.560/2002, de forma que sejam analisadas com a sua formação curricular.



Foto: Divulgação

Apucarana

“Em função da saída dos arquitetos do Sistema CONFEA/CREA, toda a legislação vigente deve ser revisada. São pontos importantes a revisão do número de Conselheiros Federais e Regionais, inserir as atribuições dos profissionais na futura lei, que os repasses às entidades de classe sejam garantidos em resolução e que os repasses a serem efetuados ao CONFEA não sejam da parte bruta, e sim da líquida”.

[Engenheiro civil Herivelto Moreno](#)

Proposta: Agilizar mecanismos para suspender ou cassar um registro profissional, com revisão na lei que regula as atividades profissionais do Sistema CONFEA/CREA.



Foto: Divulgação



Mais informações no link <http://www.crea-pr.org.br/8cnp/>

Agilidade na aprovação de projetos

Grupo de Trabalho do CREA-PR com Corpo de Bombeiros atua em todo o Paraná com foco na padronização e celeridade

Por Adriana Mugnaini



O CREA-PR e o **Corpo de Bombeiros do Paraná** iniciaram as ações do Grupo de Trabalho (GT) que tem por objetivo padronizar os procedimentos de análise dos projetos encaminhados pelos profissionais do Sistema. O trabalho já mostra algumas mudanças, como o estabelecimento de um calendário anual de treinamento dos vistoriadores e analistas do Corpo de Bombeiros. “É a busca pela harmonização dos procedimentos de análise em todo o Estado”, afirma o engenheiro civil e capitão do

Corpo de Bombeiros do Paraná, Ivan Ricardo Fernandes. A criação do grupo foi uma demanda do Colégio de Entidades de Classe do CREA-PR (CDER), com relatos de dificuldades na aprovação de projetos. Os dois principais pontos da discussão são a padronização dos critérios de avaliação e o tempo para obter o retorno por parte da corporação. De acordo com o coordenador do GT, engenheiro civil Altair Ferri, o grupo terá especialistas de diferentes regiões para condensar a realidade dos profissionais em todo o Paraná. “O importante é acharmos a convergência de ideias para um melhor atendimento a apresentação dos projetos em tempo hábil e de maneira segura à sociedade”, resume. Segundo ele, as mudanças são necessárias para a celeridade nos processos de execução dos projetos. “Registramos problemas em todas as cidades, por isso a importância desta ação conjunta com o Corpo de Bombeiros. A receptividade é boa, porém ainda não vimos alterações significativas na prática”, diz. A programação das reuniões do GT para 2013 ainda será definida. “O grupo mostra a força de atuação do CDER e comprova o poder de comunicação que envolve o Colégio em prol das entidades de classe, buscando soluções de problemas comuns aos profissionais do Sistema”, finaliza Ferri. ►

Atribuições do Corpo de Bombeiros

Tragédias como o incêndio na boate Kiss, em Santa Maria (RS), suscitam as questões sobre as atribuições dos entes públicos na fiscalização e prevenção. Para a Revista do CREA-PR, o capitão Ivan Fernandes definiu quais as responsabilidades do Corpo de Bombeiros para a sociedade e o cidadão. O referencial normativo para a elaboração dos Planos de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP) é o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico, que passou a vigorar em janeiro de 2012. São 40 Normas de Procedimento Técnico (NPT), que estabelecem os crité-

rios para dimensionamento das medidas de segurança. Aos profissionais da corporação compete a análise das medidas de segurança contra incêndio e pânico dos PSCIP de projetos de edificações comerciais, industriais, prestadoras de serviços e residenciais multifamiliares, sempre que tiverem área superior a 100 m². “Atendidas essas exigências, o PSCIP é aprovado, autorizando o responsável técnico a executar as obras projetadas”, diz. As edificações existentes têm tratamento diferenciado, regidas pela Norma de Procedimento Técnico (NPT 02). Após a análise dos procedimentos, para exercerem suas atividades é preciso o Certificado de Vistoria de Estabelecimento (CVE). Apenas de posse deste documento, os estabelecimentos podem retirar o Alvará de Funcionamento Comercial, na Prefeitura Municipal correspondente. ►

Construção da nova sede do CREA-PR começa no segundo semestre

Obra será referência nacional em sustentabilidade e gestão

Por Ana Maria Ferrarini

As obras da nova sede do CREA-PR, em Curitiba, devem começar a partir do próximo semestre. A informação é do presidente do Conselho, engenheiro civil Joel Krüger. “O projeto arquitetônico foi aprovado e agora estamos elaborando os projetos executivos de Arquitetura e Engenharia, que possibilitarão o início do procedimento licitatório para definir a empresa responsável pela execução da obra”, explica.

Segundo Krüger, o término da obra está condicionado aos resultados da engenharia financeira, fase também em desenvolvimento, e que apontarão o equilíbrio no cronograma físico e financeiro. “Trabalhamos com a hipótese de conclusão das obras no final de 2014”, estima. A área do edifício que abrigará a **nova sede do CREA-PR tem aproximadamente 10 mil m² e está localizada na Rua Mateus Leme, no Centro Cívico.**

Construção verde

O assessor da presidência do CREA-PR e gestor do projeto da nova sede, Heverson Aranda, observa que o conceito de sustentabilidade será aplicado em toda a obra. “A edificação estabelecerá um equilíbrio no ambiente de inserção entre os impactos causados pela interferência da construção no seu ambiente

de inserção, no balanço positivo da utilização de energia, no uso de recursos naturais e materiais empregados, na produção e destinação de resíduos, entre outros”, diz. A construção sustentável se caracteriza pela adoção de práticas de “Green Building”. A obra busca a certificação Leadership in Energy and Environmental Design (LEED), utilizada em 143 países e gerenciada pelo Green Building Council, que, para a certificação, utiliza-se de metodologia que envolve processo integrado de concepção, implantação, construção e operação de edificações e espaços construídos.



Ilustração: Divulgação



Ilustração: Divulgação



Ilustração: Divulgação

Referência

Segundo o presidente do CREA-PR, a obra carrega a responsabilidade de ser modelo de sustentabilidade e gestão. “Isso possibilitará ao nosso corpo de fiscais vivenciar todo o seu processo executivo, referencial para as várias situações que são encontradas na realização de suas tarefas, podendo com os exemplos incrementar e melhorar suas maneiras de abordagem no desempenho do papel de fiscalização do exercício profissional”, afirma. De acordo com ele, estudantes e profissionais interessados poderão desfrutar de um laboratório a “céu aberto”, deparando-se com o processo construtivo na prática, desde o planejamento do canteiro até a conclusão da obra.

Legislação

A nova sede do CREA-PR está adaptada à Lei nº 17084, que determina que prédios públicos construídos no Paraná a partir de abril deste ano tenham sistema de aquecimento por energia solar, sistema de aproveitamento de água da chuva e telhados ambientalmente corretos. A normativa tem como objetivo gerar economia e ganhos ambientais aos municípios paranaenses a partir da redução no consumo de energia elétrica, combate ao desperdício de água tratada e redução do aquecimento global.

Aranda lembra que o Conselho está consciente e alinhado com questões como sustentabilidade, exemplo disso é a adesão ao Pacto Global, realizada em 2009, e a criação do Comitê de Responsabilidade Socioambiental Corporativa (CRSC), em 2011. O respeito a normativas como a Lei nº 17084 mostra que CREA-PR segue desenvolvendo as ações com respeito ao meio ambiente e à sociedade como um todo. “A Lei tem ainda um importante propósito de conceder credibilidade às novas tecnologias, uma vez que sua aplicação em prédios públicos fará com que estes sistemas comecem a ser mais bem aceitos pela população”, observa. ▶

Quais as reais atribuições do CREA-PR?

Pergunta é simples, mas suscita dúvidas em grande parte dos profissionais do Sistema CONFEA/CREA

Por Adriana Mugnaini

Cerca de 70 mil profissionais e empresas do Paraná são registrados no CREA-PR. Neste universo, pairam dúvidas sobre as atribuições e responsabilidades do Conselho frente ao mercado, profissionais, cidadãos e sociedade. O CREA-PR é um Conselho de Profissão, uma entidade de direito público sem vínculos políticos criada por lei federal e tipificada como Autarquia Federal. Ou seja, o Governo Federal cede aos profissionais os direitos e deveres para defender o interesse público no exercício das profissões.

Por definição, ele tem a responsabilidade de orientar, normatizar, fiscalizar e disciplinar as profissões jurisdicionadas, sendo elas as Engenharias, a Agronomia, as Geociências e as tecnológicas e técnicas de nível médio das áreas afins. “O interesse público tutelado pelo CREA é a defesa da saúde e da segurança das pessoas, bem como do meio ambiente e do patrimônio de terceiros. Todos esses bens da sociedade são colocados em risco quando a profissão é exercida por uma pessoa não habilitada ou em desalinho com a ética profissional”, explica o superintendente do CREA-PR, engenheiro agrônomo Celso Ritter.

O CREA-PR tem em seu DNA a preservação atual da profissão e também no futuro. E concede ao profissional o direito de exercê-la. “Os Conselhos defendem os interesses diretos das profissões e, de maneira indireta, dos profissionais”, resume Ritter. Por isso, os Conselhos são conduzidos pelos representantes de sua classe, os conselheiros. No

CREA-PR, são 104 cadeiras ocupadas por representantes legítimos indicados pelas entidades de classe do Paraná.

Hierarquia da profissão

Ao exercer sua atividade, o profissional registrado no CREA-PR deve ter em mente os interesses da Sociedade, da Profissão, do Cliente e do Profissional. Sua atuação reflete diretamente na comunidade e na natureza e tem papel fundamental na sustentabilidade do desenvolvimento econômico social e humano do País.

De acordo com Ritter, a responsabilidade está no dever de agregar a ciência na transformação cotidiana da energia e da matéria ocorrida em decorrência da geração de soluções às principais necessidades. “Sem a participação efetiva dos profissionais do CREA no planejamento e execução de obras e serviços, certamente a saúde e a segurança das pessoas, assim como o meio ambiente, correm riscos incalculáveis”. Acima de tudo, o CREA-PR assegura aos profissionais atuar no mercado de forma bem informada e, principalmente, com uma concorrência efetivamente profissional. “Os profissionais contam com um bem aparelhado órgão de fiscalização no combate ao exercício ilegal da profissão”, diz Ritter. Outros benefícios são o serviço de guarda, manutenção e certificação do acervo técnico e as ações de valorização profissional. ▶

Responsabilidade social

Em março, 100 funcionárias do CREA-PR participaram de evento comemorativo ao Dia Internacional da Mulher. A iniciativa está inserida nas metas de ações de responsabilidade social do Conselho. As atividades foram voltadas à valorização do trabalho da mulher desenvolvido no ambiente corporativo do CREA-PR. Atualmente um novo perfil de profissional atua no mercado de trabalho: mulheres que conciliam a carreira profissional com o cuidado pessoal e a vida familiar e social, desenvolvendo todas as tarefas com competência. ▶

Foto: Divulgação



A função técnica, social e ética da ART



Foto: Divulgação

Por Igor Garcia – igorgarcia@crea-pr.org.br
Procurador e gerente jurídico do CREA-PR

A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) exigida pelo CREA-PR no exercício de seu poder fiscalizatório para além de sua natureza tributária e de sua relevante função de fiscalização institucional e contratual da técnica empregada nas obras e serviços apresenta-se como relevante instrumento de controle social e ético das profissões das Engenharias e da Agronomia. Isso porque, muito embora a ART tenha um caráter contributivo, prestacional e de controle da correção técnica do exercício profissional, mencionada taxa de poder de polícia propicia inerente limitação à autonomia da vontade, a liberdade de contratar e ao livre exercício profissional, adequando o exercício das Engenharias e da Agronomia aos limites impostos pelo ordenamento jurídico, o que sem sombra de dúvidas, repercute tanto no plano técnico, social e ético do serviço a ser prestado e dos efeitos gerados pela contratação.

Assevere-se dessa forma, constituir-se a ART relevante instrumento de controle estatal sobre as atividades das Engenharias e da Agronomia, bem como fiel representação de um contrato firmado entre particulares ou entes públicos com um profissional registrado no Sistema CONFEA/CREA, ficando a declaração de vontade a partir da anotação da ART enclausurada em documento público para todos os efeitos legais.

Diante deste contexto, de se perguntar quais as reais e sobranceiras funções deste mecanismo de exercício do poder de polícia das profissões regulamentadas no âmbito da sociedade paranaense e dentro do atual Estado Democrático de Direito? Como mencionado alhures, referida taxa de poder de polícia sobressai-se no plano fático e jurídico de sua incidência na condição de tributo, cuja finalidade é manter atuante e expansivo o poder fiscalizatório do CREA-PR, custeando em primeira e última análise as atividades preventivas, repressivas e

pedagógicas da fiscalização das Engenharias e Agronomia. Contudo, muito mais que representar uma arrecadação para fins fiscalizatórios, a anotação e recolhimento da ART ressoa também na esfera social, ética e técnica dos profissionais e daqueles que contratam seus serviços ou usufruem dos mesmos, propiciando a sociedade e aos demais poderes públicos um controle específico da *lex artis* - observância das regras técnicas, éticas e morais das profissões regulamentadas.

Deste modo, malgrado, representar uma exação estatal e espelhar a existência de um contrato de prestação de serviços, a ART promana a vigilância imparcial e equidistante do Estado-Administração no empreendimento, obra ou serviço fiscalizado. Inibindo a um só tempo, o exercício leigo, irresponsável, atécnico e até imoral das Engenharias e da Agronomia. Existindo dessa forma na cobrança de mencionada taxa um interesse premente do Estado de que o início, a execução e a finalização das atividades técnicas ligadas ao Sistema CONFEA/CREA sejam exauridas em razão e nos limites da função social do contrato, pois além de uma evidente representação de circulação de riquezas, a exigibilidade da ART atende aos mandamentos constitucionais da proteção ambiental, de respeito às normas das relações de trabalho, da livre iniciativa, da função social da propriedade e do correto, ético, seguro e probo exercício profissional.

Logo pensar e interpretar a ART sob o aspecto nitidamente tributário ou contratual é, por demais, empobrecê-la em suas funções preventivas, repressivas e pedagógicas no campo técnico, social e ético do exercício das atividades ligadas à Engenharia e à Agronomia.

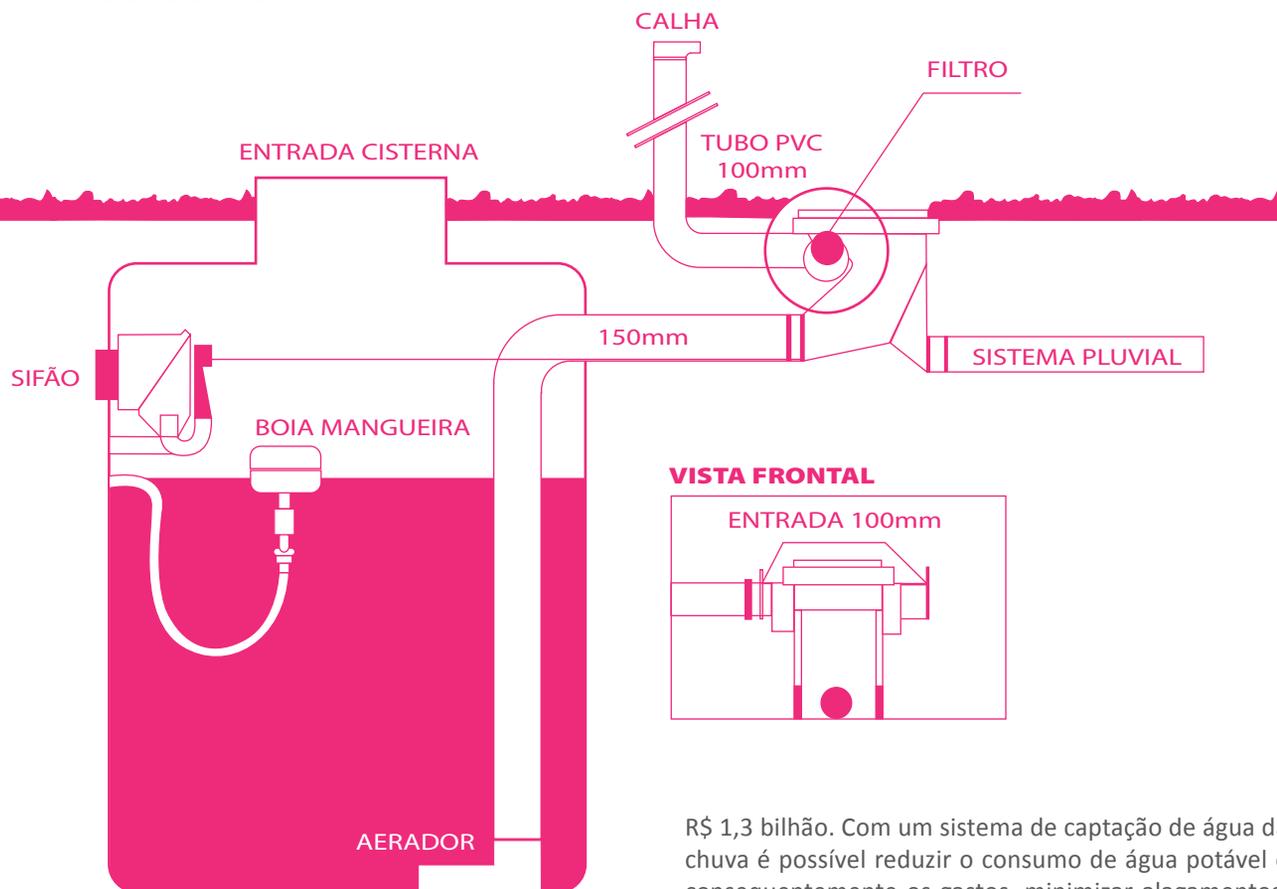
Portanto, há que se valorizar o poder de polícia das profissões regulamentadas exercido pelo CREA-PR e a missão constitucional alinhada pela ART para que nosso Estado promova um crescimento sustentável para as presentes e futuras gerações, evitando-se, o incorreto, malicioso e irresponsável exercício das profissões regulamentadas que diuturnamente tantos prejuízos extrapatrimoniais e patrimoniais têm causado no seio da sociedade.

Acreditamos que com essa compreensão e valoração constitucional da Anotação de Responsabilidade Técnica, o propósito de resguardar o interesse público e a ética no exercício das profissões das Engenharias, da Agronomia e das Geociências estará resguardado. ▶

Alternativa sustentável

Brasil desperdiça mais de 40% da água tratada. Tecnologia de captação de água da chuva é solução para minimizar problema

Por Ana Maria Ferrarini



A captação de água de chuva é uma maneira viável para minimizar o problema mundial da escassez e desperdício da água. Países desenvolvidos e preocupados em buscar soluções sustentáveis já utilizam equipamentos capazes de armazenar a água da chuva para fins domésticos, tais como descargas em vasos sanitários, torneiras de jardins, lavagens de roupas, calçadas, automóveis e até para o consumo humano, desde que receba o devido tratamento. Os segmentos industriais, agropecuário, da construção e escolas também se favorecem adotando este tipo de procedimento.

De acordo com o Instituto Trata Brasil, mais de 40% da água tratada no País é desperdiçada. A redução de apenas 10% das perdas representaria uma receita de

R\$ 1,3 bilhão. Com um sistema de captação de água da chuva é possível reduzir o consumo de água potável e consequentemente os gastos, minimizar alagamentos, enchentes, racionamentos de água e ainda preservar o meio ambiente reduzindo a escassez dos recursos hídricos. Além disso, pode diminuir o arraste de lixos e resíduos de automóveis para os corpos hídricos por meio das águas pluviais.

O engenheiro ambiental Ricardo Modesto vê a captação da água da chuva como forma sustentável. Formado pela Universidade de Joinville (Univille), participou em 2004 de um programa universitário que pedia a realização de um projeto na própria instituição. Assim, implantou no local um sistema de captação e aproveitamento de água da chuva utilizando um modelo alemão adaptado à realidade brasileira. A água captada foi direcionada para uso nos chuveiros, piscina e manutenção. Foi considerado o melhor projeto universitário de água de chuva no quesito qualidade daquele ano.

Modesto conta que a partir deste resultado decidiu montar uma empresa que comercializasse sistemas similares. “O objetivo foi popularizar o uso da água da chuva como alternativa para contenção de cheias, utilização em locais onde não há distribuição pela concessionária e em processos industriais, economia para alto consumo, entre outras finalidades”. Surgiu a Ciclodagua, que atua com o gerenciamento de recursos hídricos com principal ênfase na captação e maximização do aproveitamento da água da chuva. “A solução é ecologicamente correta, economicamente viável e socialmente justa”, garante o engenheiro ambiental.

Projeto

Batizada com o nome Ciclo, a linha utiliza um método alemão de captação, que filtra toda a água armazenada. A linha contempla os modelos Ciclo 100, 250, 1000, 2000 e 3000, que representam a área captada (em m²) pelo filtro. “O filtro utilizado faz o descarte de aproximadamente 10% da água captada para garantir o arraste de folhas e outros resíduos que eventualmente estejam sobre o telhado e promove a remoção de aproximadamente 98% das impurezas menores através da malha fina”, destaca Modesto. Este mecanismo, somado ao

uso do freio aerador (que privilegia a decantação natural da água e garante a sua oxigenação) ao sifão ladrão com válvula de retenção (que impede a entrada de gases contaminados, insetos, roedores e retorno da rede pluvial) e à boia mangueira (que capta a melhor lâmina da água do reservatório), garante a qualidade da água da chuva armazenada.

A utilização do método, somada ao impedimento do contato da água armazenada com a luz solar, propicia à água excelente qualidade para balneabilidade segundo o que determina o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). A aplicação segue ainda norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em relação ao aproveitamento de coberturas em áreas urbanas para fins não potáveis. De acordo com Modesto, os equipamentos são homologados em licitações públicas e utilizados por empresas como a Thá Engenharia. Ele afirma que o sistema de captação de água de chuva permite armazená-la e utilizá-la de acordo com as necessidades da residência, indústria, canteiro de obras e outros setores. Entre as vantagens da utilização da água da chuva, o engenheiro cita a redução no consumo de água potável, redução dos gastos com taxas de água, preservação da água na natureza, minimização de enchentes, alagamentos e ainda evita possíveis racionamentos de água. “Numa residência, a redução do consumo pode chegar a 70%”, estima. A instalação do equipamento é rápida e segura e leva cerca de dez dias para ser implementada.

Desde a criação da empresa, os equipamentos já foram instalados em mais de 120 residências, 19 indústrias, 43 edifícios e também em hospitais e edificações públicas. Em todos estes locais, as águas pluviais captadas são aproveitadas, por exemplo, nas descargas dos vasos sanitários. ▶



Foto: Divulgação



Foto: Divulgação



Fiscalização de rodovias aponta necessidade real de melhorias

Ação inédita no Estado fiscalizou trechos que obtiveram pior classificação no relatório da CNT de 2012

Por Daniela Licht

Seis rodovias do Paraná foram foco da primeira Operação de Fiscalização Especializada do CREA-PR, realizada no final de 2012 pelo Departamento de Fiscalização do Conselho (DEFIS).

O processo teve origem a partir de uma demanda da Câmara Especializada de Engenharia Civil do CREA-PR e foi efetuado por engenheiros civis Agentes Fiscais de Nível Superior. “A definição por executar uma fiscalização especializada surgiu após análise de uma pesquisa divulgada pela Confederação Nacional de Transportes (CNT), em 2012”, explica a gerente do DEFIS, Vanessa Moura. “Aproveitamos também o início do período de férias da população paranaense, com o intuito de verificar as condições do pavimento, bem como apresentar um relato para a sociedade das condições gerais dos trechos de rodovia selecionados”.

Antes do início das atividades em campo, os Agentes passaram por um treinamento disponibilizado pelo CREA-PR para a homogeneização dos conceitos de avaliação subjetiva de pavimentos. Na ocasião, foram orientados sobre o preenchimento da planilha de avaliação subjetiva das condições dos pavimentos, bem como sobre o conteúdo mínimo a ser apresentado no relatório que compõe o Processo de Fiscalização Especializada gerado pelo CREA-PR.

Este documento traz dados sobre o número de processo gerado, localização do trecho, data da realização da fiscalização, entidades que compareceram à fiscalização, relato das condições gerais e das características da via, fotos comprobatórias dos defeitos relatados, tabela de avaliação subjetiva das condições dos pavimentos e lista de presença.

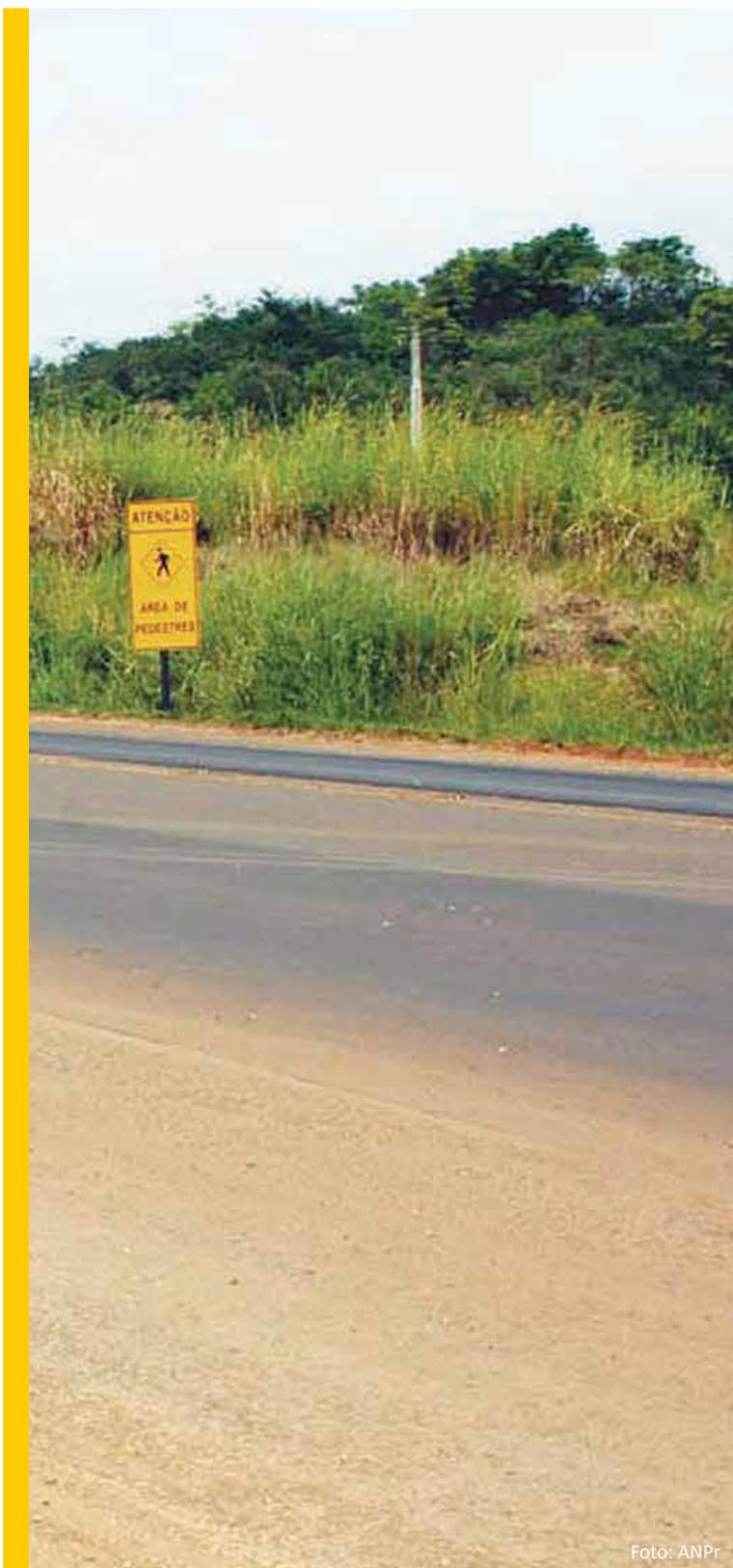


Foto: ANPr

Em campo

Foram selecionados para fiscalização trechos de rodovias do núcleo Norte (PR-453, PR-170 e PR-180), núcleo Leste (BR-116 e PR-410) e núcleo Sudoeste (PR-170 e PR-281), que obtiveram a pior classificação no relatório da CNT de 2012.

Segundo Vanessa, os relatórios resultantes da fiscalização comprovam a necessidade de melhorias urgentes nas rodovias paranaenses. “É imprescindível uma maior atenção não somente com o estado de conservação dos pavimentos das rodovias do Paraná, mas também com as suas condições lindeiras, como acostamentos, sinalização e conservação da vegetação”, recomenda.

Os trechos selecionados para fiscalização no núcleo Norte receberam as piores avaliações, com nota final 2,0, em uma escala que prevê variação entre 0,0 e 5,0, sendo esta a melhor avaliação possível.

O núcleo Leste, por sua vez, obteve a melhor classificação. O trecho fiscalizado da BR-116, de ligação entre o Paraná e São Paulo, inclui a ponte onde ocorreu o sinistro em 2005, devido à queda da sua cabeceira. Esta ponte não foi acessada pelos Agentes do CREA-PR, pois estava interdita ao acesso, novamente em obras.

Aceitaram o convite e participaram da ação junto com o CREA-PR a Polícia Rodoviária Federal, Batalhão da Polícia Rodoviária do Paraná (BPRV), Corpo de Bombeiros e Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR).

Próximos passos

A experiência bem sucedida indica a possibilidade de avançar nesta iniciativa em 2013. Dessa forma, o DEFIS já analisa a possível implementação de novas ações abrangendo também as rodovias estaduais e federais, bem como a verificação das medidas de melhoria tomadas nos trechos fiscalizados em 2012, visando à segurança da população paranaense. ▀

Estradas do passado, tarifas mais altas do mundo

Relatório do CREA-PR e Senge-PR mostra que Paraná ainda tem muito a rodar quando assunto são as rodovias pedagiadas

Por Ana Maria Ferrarini



Foto: ANPr

Um raio x de dois mil quilômetros de rodovias pedagiadas e que cortam o Paraná foi apresentado em relatório elaborado pelo CREA-PR e Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR), representantes dos usuários do anel de integração, na Comissão Tripartite de Fiscalização do Pedágio, que reúne ainda representantes do Governo do Estado e das concessionárias de rodovias.

O engenheiro agrônomo Álvaro Cabrini (CREA-PR) e o engenheiro civil Valter Fanini (Senge-PR) percorreram por quatro meses as estradas paranaenses e concluíram que o panorama não apresenta os resultados esperados. “A falta de investimentos em obras de infraestrutura nas rodovias do Paraná compromete o desenvolvimento econômico e social do Estado”, garante Cabrini. De acordo com ele, existem trechos rodoviários sem duplicação, sem a existência

da terceira faixa e de acostamento, contornos, rodovias marginais ou passarelas. Por outro lado, lombadas e semáforos em excesso que reduzem a fluidez do trânsito em traçados antigos de rodovias que não são mais adequados à atual realidade do tráfego.

Cabrini aponta que o processo de concessão rodoviária no Estado não atingiu a maioria de seus objetivos. “A eliminação de inúmeros investimentos constantes no contrato inicial e a sua postergação para o final do período contratual mantêm as rodovias sem atender as necessidades econômicas dos usuários”, fala. Ele destaca ainda que as considerações feitas nesta análise foram ignoradas pela Comissão, que procurou descaracterizar o relatório, que é de interesse público.

Ao qualificar como esgotado o atual modelo de concessão, Cabrini salienta que o paranaense trafega por ro-

dovias com características do século passado, pagando uma das tarifas mais altas do mundo.

O engenheiro civil Valter Fanini enfatiza que a principal causa desta situação é o corte de investimentos aprovados em termos aditivos ao contrato. Uma ação pública pedindo a anulação destes termos encontra-se suspensa na justiça a pedido do Governo do Estado, sob a alegação de que existe um processo de negociação amigável em curso.

Segundo ele, a Comissão Tripartite e a sociedade de forma geral desconhecem quais são os termos dessas negociações e em que situação se encontram. “O que sabemos, no entanto, é que estamos perdendo um tempo que já é escasso, para termos uma sentença final que seja favorável à sociedade paranaense e que possa surtir efeitos antes do final dos contratos”, observa.

“Um dos aspectos mais preocupantes do relatório é aquilo que, ao nosso ver, está na raiz de quase todas as distorções no processo de concessão rodoviária no Paraná e que teve origem dentro da administração pública, por meio de atitudes equivocadas de governadores e de seus representantes lotados na Secretaria dos Transportes e no Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR), que muitas vezes andaram na contramão do interesse público”, afirma.

Ele observa, já no processo licitatório, o baixíssimo valor da outorga recebido pelas concessões. “O Paraná recebeu cerca de um décimo do valor máximo esperado pelas concessões. Considerando que o valor pago pela outorga faz parte da composição do valor das tarifas que foram fixadas pelo poder público, o povo paranaense pagou mais e não levou os benefícios esperados pela outorga representados pela manutenção adicional de 1,7 mil quilômetros de rodovias de acesso”.

Fanini destaca que a redução dos valores do pedágio por um período de 18 meses na fase inicial dos contratos e a posterior assinatura de termos de alterações dos contratos (eliminando ou postergando investimentos em melhorias no anel de integração) desfiguraram completamente o principal objetivo das concessões, que era transformar o anel de integração em um corredor de vias expressas em classe especial.

Soma-se a isso o fato do Estado nunca dotar o DER-PR de recursos humanos e tecnológicos à altura dos desafios que requerem a gestão de contratos desta envergadura. “Isso até hoje fragiliza o DER-PR na luta pela anulação dos termos aditivos pleiteados na justiça ou na renegociação dos contratos”, critica. ▶

Situação das rodovias é danosa ao crescimento do Estado

O relatório aponta que a falta dos investimentos inicialmente previstos nos contratos, como duplicações, contornos de cidades, vias marginais e intercessões em desnível fazem com que as rodovias ainda não atendam por completo as necessidades dos usuários. “Impressiona a diferença entre os investimentos previstos nos cronogramas iniciais e nos vigentes, alterados pelos termos aditivos em 2000 e 2002”, diz Fanini. Ele concorda que a atual situação trará danos ao processo de crescimento econômico e à qualidade de vida da sociedade. “A brutal transferência de renda dos setores produtivos localizados no interior do Paraná em favor das empresas concessionárias inibe o processo de crescimento da economia paranaense, provocando e alimentando a tendência de concentração de atividades econômicas e de população na Região Metropolitana de Curitiba”.

Além disso, o engenheiro cita ainda como prejuízos o aumento dos custos de transporte e a perda de vidas humanas em rodovias que operam em pista simples, travessias de cidades sem nenhum tratamento e das configurações geométricas dos traçados inadequadas para o deslocamento na velocidade prevista no Código Nacional de Trânsito para as rodovias.

O relatório produzido pelo CREA-PR e pelo Senge-PR foi enca-

minhado ao DER-PR e à Comissão Tripartite para discussão, a fim de compor um relatório final do processo de fiscalização.

“No entanto, apesar de ter sido encaminhado três meses antes da data final prevista para o encerramento dos trabalhos e elaboração do relatório de fiscalização, nenhuma convocação foi efetuada nem qualquer resposta foi dada sobre o seu conteúdo”, diz.

“Cumprimos nosso compromisso, encaminhamos nossas contribuições ao Governo do Estado e demos satisfação aos usuários das rodovias sobre o nosso trabalho, divulgando o conteúdo dos relatórios. O que o governo fará com os trabalhos entregues a eles, ainda não sabemos”, questiona Fanini.

Para os engenheiros, as duas entidades desempenharam um importante papel na Comissão Tripartite, contribuindo decididamente para a qualidade do que se produziu e para que houvesse maior debate sobre o resultado dos trabalhos da Comissão. “No entanto, fica bastante claro que é necessário maior mobilização das entidades e da sociedade de forma geral, para que haja uma mudança de rumos no processo de concessão rodoviária em direção aos interesses da sociedade paranaense”, finaliza Fanini. ▶

Considerações e sugestões do relatório

O relatório sugere que o Governo do Estado defina e implante, de forma definitiva, um modelo de gestão para os contratos de concessão, dando clareza na divisão de competências entre o DER-PR, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (Agepar), Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), empresas consultoras e a Comissão Tripartite. Também foi sugerida a incorporação às estruturas do DER-PR de recursos humanos, tecnológicos e organizacionais necessários ao desempenho de suas funções nos contratos de concessão, procurando assim reduzir a necessidade de terceirizações.

Ainda, o estabelecimento de uma política de recur-

sos humanos que trate os técnicos da área de concessões do Estado de forma mais equânime com o mercado de trabalho, principalmente no que se refere ao salário dos engenheiros.

Já o processo de decisão para a formulação de novos aditivos sobre o contrato, segundo o relatório, deve incluir um debate prévio com a Comissão Tripartite e outras instituições de controle e fiscalização dos contratos públicos, além de entidades da sociedade civil que possam contribuir com o aprimoramento e a legitimação de eventuais mudanças. E, principalmente, o documento sugere que os contratos de concessão rodoviária do Estado não sejam prorrogados ou renovados para além do prazo contratual. ▶

ABCR se posiciona sobre o relatório do pedágio

O diretor regional da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias Paraná/Santa Catarina (ABCR-PR/SC), João Chiminazzo Neto, falou à Revista do CREA-PR sobre os resultados do relatório. A conversa está publicada abaixo na íntegra, conforme solicitado pela entidade:

Revista do CREA-PR - Como a ABCR recebeu o relatório elaborado pelo CREA-PR e Senge-PR sobre as estradas pedagiadas no Paraná?

Chiminazzo Neto - A ABCR agradece a preocupação das duas entidades com o setor de concessão e com o desenvolvimento do Estado do Paraná. No entanto, não fomos informados nem consultados quando da elaboração do documento. Asseguramos que poderíamos ter respondido a todos os questionamentos feitos pelos técnicos. A associação não recebeu de maneira formal o relatório, tivemos acesso apenas através da imprensa. É lamentável que o setor de concessão rodoviária seja utilizado como instrumento de proselitismo político no Paraná, até por entidades de classe. A propósito, os profissionais de Engenharia que trabalham em nossas empresas, que não são poucos, ficaram pasmos com tal atitude. Desta forma, perde a economia e perde a sociedade paranaense.

De acordo com o relatório, faltam investimentos em infraestrutura nas estradas. Qual sua avaliação a respeito?

Estamos completamente de acordo. O Paraná viveu seu ápice no desenvolvimento agrícola e industrial nos últimos anos, em grande parte pelos investimentos em infraestrutura, feitos em sua maioria pelas nossas concessionárias de rodovias, que possibilitaram e faci-

litaram esse crescimento. No entanto, não era possível prever o tamanho desta expansão na década de 1990, por isso os projetos precisam ser revistos. Lembramos também que o programa original foi prejudicado logo no início da concessão, com decisões unilaterais do Governo do Estado à época. Muitas citações feitas no relatório já estão na mesa de discussão com o Poder Concedente, as concessionárias, que vivem 24 horas dedicadas às rodovias, conhecem bem os problemas e as novas necessidades da sociedade paranaense, por isto estão abertas ao diálogo e às revisões do programa de obras estabelecidas no início do contrato.

O que será feito em relação ao resultado deste relatório?

O relatório foi analisado e constatamos que muitos apontamentos já estão sendo discutidos com o Governo do Estado. Entretanto, percebemos que o estudo não levou em consideração o contrato de concessão, principalmente o seu anexo, o Programa de Exploração Rodoviária (PER). O documento responsabiliza as concessionárias por obras e melhorias que não estão contempladas no contrato. O diálogo está aberto com quem é de direito, o Poder Concedente e a Agepar, para resolver da melhor forma possível os gargalos da infraestrutura rodoviária paranaense. ▶

Paraná Futuro desenha desenvolvimento do Estado



Foto: Divulgação

Por Luiz Carlos Correa Soares – soares@crea-pr.org.br
Assessor de Assuntos Estratégicos do CREA-PR

O trabalho da Assessoria de Assuntos Estratégicos do CREA-PR tem como objetivo contribuir para a continuidade e a ampliação do trabalho do Conselho nas suas questões precípuas, decorrentes de suas responsabilidades e funções institucionais de fiscalização das profissões, mas também nas ações que vêm sendo desenvolvidas com relação aos interesses gerais da sociedade paranaense.

Nesse sentido, estamos elaborando um estudo para uma proposta de desenho do desenvolvimento socioeconômico do Paraná, intitulado Paraná Futuro, mediante uma composição entre aquilo que foi e/ou está sendo realizado com o que poderá e/ou deverá ser. Em outras palavras, trata-se de estabelecer um olhar de passado e presente, porém com foco no futuro. Todavia, não se trata de um programa ou plano de governo, mas sim de subsídios para planejamentos referentes ao Paraná. E, evidentemente, contera nossa visão a respeito do desenvolvimento paranaense.

Dentro dos objetivos delineados, estamos formatando uma ferramenta e um modelo de planejamento que deverá servir de base para análises, diagnósticos e formulações de propostas do CREA-PR para ações de desenvolvimento estadual, decorrentes do uso dos recursos

naturais – imensos – do Estado e de suas enormes potencialidades, tudo dentro de parâmetros de conservação e preservação ecologicamente adequados.

Depois de elaborado e tornado público, esse sistema também servirá de auxílio para estudos, projetos e atividades não apenas dos profissionais abrangidos pelo CREA-PR, mas também das entidades de classe, instituições de ensino, governos, órgãos públicos, empresas e sociedade em geral.

A demanda básica foi – e aqui continua sendo – o fato de que o Brasil não tem um projeto de Nação no sentido de rumo e de destino, ou seja, caracterizando plenamente aquilo que Celso Furtado com muita propriedade denominou como “Brasil, a construção interrompida”. Ou seja, historicamente temos transitado em autênticos ziguezues. E, por via de consonância, no Paraná também não há um projeto de Estado, como parcela da nação.

Portanto, urge fazê-lo, sendo necessário destacar desde logo que os valores primordiais e orientadores da construção do Brasil e do Paraná que queremos são: Desenvolvimento, Democracia, Liberdade, Solidariedade, Equidade, Sustentabilidade, Identidade Estadual e Nacional e Respeito à Diversidade Sociocultural.

O modelo básico e alguns produtos preliminares do estudo serão apresentados no 8º Congresso Estadual de Profissionais (CEP) e até o final do ano ele será ampliado e aprimorado para permitir uma formulação de proposta do CREA-PR a ser apresentada e debatida no âmbito da sociedade paranaense, bem como com os candidatos ao governo do Paraná em 2014. ▶



Encaminhe artigos técnicos pelo link **Fale Conosco** do site www.crea-pr.org.br



Confira a versão do artigo na íntegra na revista eletrônica do CREA-PR.

CREA-PR faz lançamento oficial do Fórum Paranaense de Acessibilidade

Iniciativa leva discussão do assunto para todo o Paraná

Por Daniela Licht



Foto: Leandro Taques

Foi lançado oficialmente em março, em Curitiba, o Fórum Paranaense de Acessibilidade, ação que tem como meta difundir e conscientizar profissionais das áreas tecnológicas e a sociedade do Estado sobre a importância da implantação plena da acessibilidade.

Participaram do lançamento o presidente do Conselho, engenheiro civil Joel Krüger, o coordenador do Fórum, engenheiro civil Antônio Borges dos Reis, o coordenador do Comitê de Acessibilidade do CREA-PR, engenheiro mecânico Sérgio Yamawaki, o secretário Estadual de Desenvolvimento Urbano, Carlos Roberto Massa Junior, o secretário Municipal de Urbanismo, Reginaldo Cordeiro, e a Secretária Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Mirella Prosdócimo, representando o prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet.

“A lei que regulamenta a atividade dos engenheiros e dos agrônomos fala que nossas profissões têm como objetivo a defesa dos interesses humanos e sociais. É com esse espírito que damos atenção especial à acessibilidade, que trata também de mobilidade e cidadania, temas de interesse de toda a sociedade”, disse o presidente Krüger.

“O Fórum de Acessibilidade foi instituído pelo CREA-PR em 2006, em parceria com a Prefeitura Municipal de Curitiba. Agora, queremos expandir sua atuação para

tudo o Paraná, fomentando a importância do papel do profissional na busca por melhorias das condições das cidades, de forma a garantir o seu uso democrático”, resumiu o engenheiro Antônio Borges dos Reis.

“Pretendemos executar um forte trabalho nesta área, promovendo a conscientização da população e mostrando que acessibilidade não é um favor para pessoas com deficiência. É uma lei e precisa ser cumprida, em benefício de toda a sociedade”, disse a secretária Mirella Prosdócimo.

“Acessibilidade não são somente barreiras. O deficiente não precisa de piedade, precisa de respeito para ter mais dignidade”, acrescentou o secretário Reginaldo Cordeiro. Para o secretário Carlos Roberto Massa Junior, o País ainda se encontra em uma fase embrionária nas questões de acessibilidade. “Esta é uma oportunidade única de contribuir para o desenvolvimento das cidades, debater caminhos e promover a conscientização, em especial junto aos gestores públicos”, comentou. “Ainda é perceptível uma falta de conhecimento técnico sobre o assunto e o CREA-PR tem cumprido esse importante papel orientativo”, encerrou.

Ainda em 2013, o Fórum Paranaense de Acessibilidade promoverá reuniões nas oito regionais do CREA-PR e está agendada a realização da segunda edição do Seminário Internacional de Acessibilidade do Conselho. ▶



Na revista eletrônica do CREA-PR, o cronograma de ações do Fórum em 2013 em todo Estado

Fiscalizações verificam atendimento às normas de acessibilidade em prédios públicos de Londrina

Ação atende solicitação do Ministério Público e garante que os espaços sejam acessíveis a todas as pessoas

Por Cristina Lucchini



Foto: Divulgação

Várias ações de Fiscalização Integrada de Acessibilidade (FIA) aconteceram em março em Londrina. Atendendo solicitações do Ministério Público, foram vistoriados os prédios do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), da Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos, da Caixa Econômica Federal, da Infraero e do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT/PR).

Desde 2007, o CREA-PR desenvolve ações de fiscalizações no Estado com a finalidade de conscientizar proprietários de imóveis e a sociedade como um todo sobre a obrigatoriedade e a importância do atendimento às normas de acessibilidade estabelecidas na NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), assim como a importância de contratação de profissionais das áreas da Engenharia para realização das adequações necessárias. “É uma ação orientativa. O que se busca é garantir que os espaços sejam acessíveis a todas as pessoas, por exemplo pessoas com deficiências e idosos”, detalha o engenheiro eletricista Rubens Galera Gonzales Junior, facilitador do Núcleo Norte de Fiscalização do CREA-PR. A NBR 9050 estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados em relação ao projeto, construção, ins-

talação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos adequados às condições de acessibilidade. É uma norma bastante detalhada e seus requisitos variam conforme o tipo de atividade na utilização do imóvel. Alguns dos itens mínimos verificados nas ações de fiscalização são piso tátil, rampas de acesso, vagas de estacionamento reservadas para pessoas com deficiência e instalações sanitárias.

Os locais onde o CREA-PR desenvolve as ações de FIA podem tanto ser determinados por solicitações do Ministério Público quanto por iniciativa do próprio Conselho. “Geralmente as FIAs são direcionadas para empreendimentos ou prédios públicos que têm grande acesso pela população”, esclarece Gonzales Junior.

A agente de fiscalização Roberta de Souza Moura Dias foi a responsável pelas cinco ações de fiscalização em Londrina. Em cada local verificado ela esteve acompanhada por um representante do gestor do prédio. “As pessoas que nos recebem normalmente são receptivas. Percebe-se um interesse em promover a adequação”, observa Roberta.

Os relatórios das fiscalizações são enviados à Comissão de Acessibilidade do CREA-PR com cópia aos gestores dos locais fiscalizados indicando, se for o caso, o não atendimento à NBR 9050 com a devida orientação pela contratação de profissional habilitado para realizar eventuais adequações necessárias ao imóvel.

“A maioria dos locais visitados providencia adequações e temos casos de órgãos públicos que mudaram suas instalações para outros imóveis que atendem as necessidades de acessibilidade da população” completa Gonzales Junior. Por outro lado, quando não são tomadas as providências para adequação, os casos podem ser denunciados ao Ministério Público por descumprimento da lei de acessibilidade. ▀

Aliadas do desenvolvimento

Com 900 mil cooperados e faturamento de R\$ 38,5 bilhões, cooperativas são um dos pilares da economia paranaense

Por Giovana Campanha

As cooperativas paranaenses faturaram R\$ 38,5 bilhões em 2012, um número 3,5 vezes maior que o registrado em 2002 (ver box ao lado). Os dados do Sistema Ocepar revelam ainda que o Estado possui 236 cooperativas, que, juntas, congregam mais de 900 mil cooperados. Além dos números expressivos, as cooperativas representam um dos pilares da economia paranaense. As cidades que contam com cooperativas fortes vivenciam no dia a dia geração de emprego e impostos, cooperados unidos em torno de uma causa comum e que compartilham informações, vivências e tecnologias.

O consultor em cooperativismo na área do agronegócio Eduardo Bassan explica que cooperativas são associações autônomas e independentes, formadas por pessoas unidas voluntariamente para melhorar suas condições econômicas, sociais e culturais. “Na coletividade, as pessoas realizam o que não conseguiriam sozinhas. É uma maneira democrática de impedir a exclusão do pequeno produtor rural da sua atividade econômica”, fala.

As cooperativas são norteadas por princípios e valores, segundo legislação federal, estatuto social e normas internas. O cooperado desempenha o papel de fornecedor, cliente e dono. “As cooperativas funcionam como porto seguro

para o produtor rural, por saber que há destino certo para sua safra e total segurança na sua armazenagem”, avalia Bassan. “Essas entidades são agentes do desenvolvimento regional. Normalmente, são as principais empregadoras nas regiões onde atuam, gerando procura pela mão de obra e estão entre as maiores recolhedoras de impostos, além de regularem o mercado”, frisa. “O crescimento exponencial que elas têm alcançado é a maior evidência de que o cooperativismo tem proporcionado melhorias e agregado valores ao empreendimento de seus cooperados, ao mesmo tempo em que promove a melhoria também de sua condição cultural e social”, conclui. ►

Cocamar completa 50 anos

Pertencente aos 11,4 mil produtores associados, a Cocamar Cooperativa Agroindustrial comemora 50 anos de história com 54 unidades operacionais nas regiões Noroeste e Norte do Paraná. Fundada em 1963 para congregar produtores de café e protegê-los da ação de intermediários, a Cocamar hoje se consolida como uma das mais importantes cooperativas da região.

Apesar dos períodos de crise enfrentados pela agricultura, em sua primeira década a cooperativa conseguiu depender menos da economia cafeeira ao abraçar novos negócios, como algodão e soja. Em 1979, implantou um dos maiores e mais diversificados parques industriais do cooperativismo brasileiro, atualmente com 16 plantas e onde é processado 85% de tudo o que a cooperativa recebe.

Para o presidente da Cocamar, Luiz Lourenço, a organização também viabiliza pequenas propriedades rurais, além de atuar como reguladora de mercado. “Se elas não estivessem agrupadas em uma cooperativa, dificilmente sobreviveriam”, afirma. Na Cocamar, 80% dos produtores associados têm propriedades consideradas de pequeno porte.

A Cocamar gera 2,4 mil empregos diretos e oferece aos



Foto: Divulgação

produtores estrutura para a entrega e o armazenamento das safras, garante a comercialização a preços segundo as bolsas internacionais, toda a linha de insumos em condições especiais de pagamento (geralmente na safra) e assistência técnica nas lavouras.

O faturamento registrado em 2012 foi de R\$ 2,36 bilhões, 17% a mais que no ano anterior. A estimativa para 2013 é de R\$ 2,5 bilhões e, até 2015, planeja ultrapassar R\$ 3 bilhões. Para Lourenço, chegar aos 50 anos significa que o modelo cooperativista é a melhor solução para promover o desenvolvimento dos produtores e das regiões onde está presente. “O cooperativismo se encaixa como uma luva às características paranaenses. Tanto que o sucesso do sistema é visível em todas as demais regiões do Estado”, destaca. ►

Indicadores do cooperativismo

De 2002 a 2012*

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Faturamento (bilhões R\$)	10,65	15,50	18,00	16,50	16,50	19,50	25,80	24,90	26,40	32,21	38,5
Cooperativas (unidades)	202	204	210	228	228	234	238	238	236	240	236
Cooperados (pessoas)	266.523	319.627	368.175	407.312	451.642	496.251	513.389	548.812	641.460	735.437	900.000
Colaboradores (pessoas)	39.282	43.673	47.489	48.061	50.190	51.621	55.319	60.649	63.407	62.595	67.000
Exportações (US\$ bilhão)	643,90	800,00	992,00	680,00	852,90	1.100,00	1.442,50	1.470,00	1.640,00	2.200,00	2,1
Impostos recolhidos (R\$ bilhão)	558,30	710,70	718,80	744,90	781,90	898,00	1.060,80	1.000,70	1.170,75	1.329,05	1,5
Investimentos (R\$ bilhão)	350,00	450,00	780,00	680,00	794,00	1.028,00	1.275,10	1.000,00	1.011,00	1.100,00	1,3
Eventos realizados	858	992	1.266	1.583	2.368	2.926	2.946	3.340	4.273	4.344	5.000
Participações/ treinandos	59.840	55.123	72.364	71.415	104.614	120.000	100.273	102.332	123.775	129.223	144.445
Postos de trabalhos gerados	545.966	639.548	700.568	781.600	773.309	926.608	1,25 milhão	1,30 milhão	1,40 milhão	1,50 milhão	1,60 milhão
Participação no PIB Agropecuário do PR (%)	53	55	55	53	51	52	54	53	54	55	56

Fonte: Sistema Ocepar
(*Estimativa - 2012)

Aperfeiçoamento profissional

Programa de Excelência do CREA-PR é diferencial para profissionais certificados

Por Ana Maria Ferrarini

Neste ano, o Programa de Excelência do CREA-PR (PEP) lançará Cursos de Ensino à Distância em Aperfeiçoamento Profissional em Obras e Serviços Públicos e Licenciamentos Ambientais de Avicultura, de Suinocultura, Armazenamento de Agrotóxicos e de Postos de Combustíveis (ver infográfico).

“Além do aperfeiçoamento técnico, o profissional que participa do PEP pode receber a certificação, que reconhece que ele realiza suas atividades com competência, ética, legalidade e alto grau de exigência”, fala o coordenador do PEP, administrador Claudemir Marcos Prattes. Em 2012, o programa entregou os selos de excelência a sete profissionais. Entre eles, o engenheiro civil Nivaldo Barbosa de

Lima e o engenheiro mecânico Carlos Alberto Bueno Rego.

“A certificação é um atestado de qualidade e um respaldo técnico na prestação de serviços”, diz Lima, certificado em Planejamento de Edificações-Projetos Estruturais. “Os contratantes ficam mais tranquilos e seguros quando sabem que sou um profissional certificado pelo CREA-PR”, assegura.

“O selo de certificação pode ser utilizado em todos os projetos como garantia de que é assinado por um profissional qualificado, oferecendo segurança ao cliente que busca soluções, e não problemas”, destaca Bueno Rego, certificado em Planejamento de Edificações-Projetos de Instalações Mecânicas/Centrals de Gás. ▶

CURSOS GRATUITOS



1 LANÇAMENTO 2 JÁ LANÇADOS 3 REVISADOS



Conheça os profissionais certificados e obtenha mais informações em www.crea-pr.org.br/pep

Câmaras Técnicas aprimoram Agenda Parlamentar em 2013

Programa atingirá 54 municípios e chegará aos mais de 3 mil vereadores a partir de parceria com a ACAMPAR

Por Daniela Licht

Criado pelo CREA-PR em parceria com as entidades de classe paranaenses, a Agenda Parlamentar tornou-se referência nacional ao aplicar o conhecimento técnico dos profissionais das áreas tecnológicas em políticas públicas, com foco na melhoria da qualidade de vida da população.

Neste ano, o programa atingirá 54 municípios paranaenses, a partir de uma parceria firmada com a Associação das Câmaras de Vereadores do Paraná (ACAMPAR). Para o presidente da entidade, José Valmor Martins, com a

Agenda Parlamentar o CREA-PR desempenha um papel fundamental e estratégico para o desenvolvimento do Estado. “Somos parceiros e divulgaremos essa proposta nos encontros estaduais, em cursos de capacitação e programa de interiorização junto aos vereadores”, diz. “A ideia é fazer com que as informações técnicas cheguem às mãos dos cerca de 3.865 vereadores de todo o Paraná”.

Também está mantida a tradicional ação de divulgação e mobilização junto aos 54 deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em data a ser definida.

Aperfeiçoamento técnico

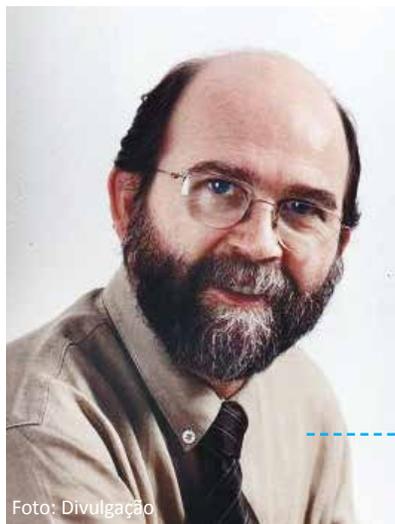


Foto: Divulgação

O aperfeiçoamento dos produtos decorrentes da Agenda Parlamentar – intitulados Estudos Básicos de Desenvolvimento Municipal (EBDMs) e Regional (EBDRs), elaborados em 2012 e 2011, respectivamente – ficará sob a responsabilidade das Câmaras Técnicas, criadas no ano passado. “Estas câmaras intensificam

seus trabalhos em 2013, com foco no desenvolvimento de produtos para embasar os debates e ações efetuadas pelas entidades de classe junto com o Conselho”, explica o coordenador do programa, administrador Claudemir Marcos Prattes.

Além do aprimoramento do material já realizado, as Câmaras Técnicas (Saneamento com ênfase em Resíduos Sólidos e Mobilidade Urbana com ênfase em Trânsito Urbano) auxiliam na criação dos Estudos Básicos de Desenvolvimento Estadual (EBDEs).

“Está em nosso planejamento a elaboração de um guia com diretrizes gerais para a gestão dos resíduos sólidos direcionado aos gestores públicos, bem como auxiliar e embasar a ação de fiscalização especializada em aterros e tratamento de resíduos”, explica o coordenador da Câmara Técnica de Saneamento, [engenheiro civil Antonio Carlos Havro de Sá](#).

De acordo com o engenheiro civil Valter Fanini, coordenador da Câ-

mara Técnica de Mobilidade Urbana, o trabalho permite formular uma crítica consistente sobre a atuação dos governos municipais e estadual, principalmente sobre a questão da mobilidade urbana. “Os profissionais do Sistema, através de suas entidades de classe e com o auxílio do CREA-PR, estão cada vez mais se tornando atores importantes na formulação e na implementação de políticas públicas nas áreas da Engenharia e da Agronomia, propondo ou contribuindo para a sua formulação ou acompanhando a sua execução”, diz. Para este ano, são três os principais objetivos da Câmara: colocar à disposição das entidades de classe informações para serem utilizadas como referencial sobre mobilidade urbana, prestar assistência técnica às entidades envolvidas na produção dos EBDRs ou EBDMs com este tema e iniciar uma análise das políticas e da estrutura vinculadas à mobilidade urbana no Estado. ▶

Entidades iniciam inscrições para 6º Prêmio CREA de Qualidade

Novidades nos níveis de certificação e no enquadramento marcam a edição 2013 da premiação

Por Daniela Licht

Entidades de classe paranaenses começam a efetuar a inscrição no 6º Prêmio CREA de Qualidade (PCQ), cujo resultado será conhecido durante o 39º Encontro Paranaense de Entidades de Classe (EPEC), em novembro deste ano.

Para o presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Apucarana (AEAA), engenheiro da computação Alcides Vicente Junior, o PCQ contribui com o crescimento dos profissionais e da associação como um todo. “Com essa participação, justificamos a entidade perante a sociedade, uma vez que temos que cumprir metas estabelecidas que envolvem os municípios e as prefeituras”, diz. “As ferramentas do PCQ contribuem significativamente para o fortalecimento da entidade e a sua atuação junto aos profissionais e sociedade”, acrescenta.

As inscrições para o 6º PCQ devem ser efetuadas até 30 de junho, mediante protocolo de ficha de inscrição que pode ser acessada e preenchida no acesso restrito do site www.crea-pr.org.br.



Confira as entidades já inscritas no 6º PCQ na revista eletrônica do CREA-PR

O que muda na prática

Neste ano, o 6º PCQ traz novidades em sua concepção. “O Prêmio terá a categorização das organizações participantes e a certificação por níveis de pontuação, nas faixas ouro, prata e bronze. A proposta é democratizar o processo e oportunizar às entidades o desafio principal, que é o de melhorar o seu sistema de gestão”, explica o coordenador do PCQ, administrador Claudemir Marcos Prattes.

Nesta edição, cada entidade responderá um questionário no preenchimento da ficha de inscrição e será enquadrada como pequena (até nove pontos, conforme definição nos critérios da ficha de inscrição), média (de dez a 12 pontos) ou grande (13 pontos ou mais). “É possível que a entidade concorra em qualquer categoria, desde que esteja acima de seu enquadramento na ficha de inscrição”, avisa Prattes.

Serão aplicados os itens do instrumento de avaliação de 1.501 pontos a todos, porém apenas itens aplicáveis aos participantes. Ao final da auditoria, receberão o certificado de participação as entidades que obtiverem até 299 pontos, o certificado bronze as organizações que atingirem entre 300 e 500 pontos, prata as que receberem entre 501 e 1.000 pontos e ouro as entidades que atingirem pontuação acima de 1.000 pontos. ▶

13/11/2012
LANÇAMENTO DO PRÊMIO

06/2013
Realização das PRÉ AUDITORIAS

30/10/2013
Reunião de análise final das AUDITORIAS

30/06/2013
INSCRIÇÕES e candidaturas

15/10/2013
Realização das AUDITORIAS

11/2013
CERIMÔNIA DE entrega do PCQ

Em defesa da engenharia civil brasileira

Com mandato 2013-2015, Francisco Ladaga assume presidência da ABENC nacional e apresenta principais metas da sua gestão

Por Daniela Licht

Em janeiro deste ano, o engenheiro civil Francisco Ladaga assumiu o desafio de presidir a Associação Brasileira dos Engenheiros Civis (ABENC) e dar andamento aos projetos de seu antecessor, o engenheiro civil Ney Perracini. Com mandato até 2015, Ladaga – que também exerce a função de Conselheiro Federal do Sistema CONFEA/CREA representando o Paraná – tem a meta de dar continuidade à valorização da profissão, aproveitando o bom momento da engenharia civil nacional. Veja suas propostas na entrevista abaixo:



Foto: Joka Madruga

Qual o papel e a representatividade atuais da ABENC perante os profissionais associados e a sociedade?

A ABENC possui 30 anos e um bom caminho a percorrer. Neste período, passou por momentos de dificuldade natural e hoje possui presença organizada em 25 Estados. Alguns se encontram já muito bem administrados e com políticas bem traçadas, outros estão em consolidação. A ABENC possui um compromisso forte com a boa Engenharia e com os seus profissionais e, portanto, com a sociedade brasileira, visto que a engenharia civil é uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento e crescimento do nosso Brasil. Somos responsáveis pelo item de maior valor no patrimônio das famílias brasileiras, seu imóvel, e na construção da base da vida econômica e social nacional, toda sua infraestrutura.



Leia a entrevista na íntegra na revista eletrônica do CREA-PR

Como pretende conduzir sua gestão na presidência da ABENC?

De modo democrático e transparente, sem deixar de assumir a responsabilidade da liderança. Queremos que cada engenheiro saiba o que é a ABENC e se sinta representado por ela. Ganhamos a eleição com 80% dos votos, com uma proposta de fortalecimento dos escritórios regionais, o trabalho maior desta gestão. Também estaremos atentos às demandas nacionais que possam afetar a Engenharia e a sociedade, como a abertura de cursos de menor duração que buscam atribuições em lei e não no real conhecimento técnico, colocando o País e a sociedade brasileira em risco e a abertura descontrolada do mercado das engenharias para profissionais estrangeiros, sem critérios e sem reciprocidade.

Quais os desafios da sua gestão?

O principal desafio é fortalecer os Departamentos Estaduais e estabelecer uma política de gestão conjunta entre todos, sem que a ABENC como um todo dependa do Sistema CONFEA/CREA para a sua sobrevivência, mas participando ativamente em conjunto com ele em busca da valorização profissional. Outro grande desafio é a discussão acerca da permanência ou da saída do

Sistema, proposta defendida por muitos, mas que pede uma ampla discussão. Hoje, 19 presidentes de CREAs, além do presidente do CONFEA, são engenheiros civis, e também devem ser escutados sobre essa hipótese.

Como o senhor conciliará a presidência da entidade com o trabalho de Conselheiro Federal junto ao CONFEA?

Represento e defendo os profissionais do Paraná no Sistema CONFEA/CREA. Quando, naquela esfera, existirem dúvidas ou conflitos com minha atuação na presidência da ABENC, quem assumirá a posição de Conselheiro será meu suplente, o engenheiro Luz Sato.

Entidades como a ABENC são a base do Sistema CONFEA/CREA. Como o senhor avalia a necessidade de fortalecimento das entidades e como contribuir com a gestão das mesmas, tendo como exemplo a ABENC?

Não há dúvidas que o Sistema CONFEA/CREA tem como base de sustentação as entidades de classe. Está em tramitação no Congresso Nacional uma proposta de alteração da lei que possa permitir uma condição melhor de apoio pelo Sistema às entidades de classe filiadas. Ao meu entender, esse projeto ainda deixa a desejar, mas já é um caminho de melhorias. ■

CREA-PR incentiva discussão de salário mínimo profissional

Entidades, profissionais e acadêmicos apresentam pontos de vista em seminário promovido pelo Conselho

Por Daniela Licht



Foto: Divulgação

Seguindo a proposta de valorização e reconhecimento profissional das áreas afetas ao Sistema CONFEA/CREA, o Conselho promoveu em abril o [seminário Engenharia e Desenvolvimento Nacional](#): a importância do salário mínimo profissional, que debateu com entidades, profissionais e acadêmicos as diferentes visões sobre a regulamentação do piso salarial da categoria.

O evento foi acompanhado pelo presidente do CREA-PR, engenheiro civil Joel Krüger, o vice-presidente da Federação Interestadual de Sindicados de Engenheiros (Fisenge), engenheiro Raul Otávio da Silva Pereira, o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), engenheiro civil Ramón Dória, o presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR), engenheiro electricista Ulisses Kaniak, o presidente do Sindicato da Arquitetura e da Engenharia (Sinaenco-PR), engenheiro civil Carlos Valério Avais Rocha, o engenheiro

civil Euclésio Finatti (representando a presidência do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná/Sinduscon-PR) e o economista Vagner Rigues, representando a Secretaria da Administração e Previdência do Estado do Paraná.

“Este tema histórico pede que verifiquemos em conjunto o que pode ser aprimorado na Lei nº 4950-A/66, editada em 1966, considerando a evolução do mercado de trabalho e o cenário econômico atual do Brasil, para, se necessário, promover a revisão dessa legislação”, disse Krüger.

“Este é o melhor momento da construção civil brasileira, mas temos dificuldade de entregar uma obra a um profissional recém formado pela falta de qualificação. Defendo a qualificação profissional e a proatividade, itens que garantirão o recebimento de um bom salário”, apoiou Finatti.

“O governo tabela os salários de forma que um profissional com 20 anos de experiência, por exemplo, receba o mesmo que um recém formado. É

preciso parâmetros para delinear essa situação”, pediu Rocha.

“Defendo um novo pacto da categoria, no sentido de fazer com que a sociedade entenda a importância e a necessidade para um País em desenvolvimento, da Engenharia como papel de promoção do desenvolvimento”, conclamou Kaniak.

O economista Vagner Rigues citou as diferenças nas relações de trabalho no serviço público e no privado e os valores aplicados atualmente no Paraná. No Estado, um engenheiro recebe R\$ 6,1 mil na iniciativa privada, enquanto no setor público o valor é reduzido para R\$ 2,5 mil mensais.

“Partindo da premissa que somos um País em crescimento consistente, temos que olhar o tema por dois vieses. O foco do produto, que diz que o setor público ou privado será tão melhor quanto mais qualificados e melhor remunerados forem os engenheiros; e o foco da gestão das cidades, que mostra o valor do serviço prestado pelos engenheiros, presentes em todos detalhes de nosso cotidiano”, disse Pereira.

O debate contou ainda com uma palestra do economista Marcelo Curado, professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sobre os efeitos do piso salarial na economia.

Agora, o CREA-PR reunirá os diferentes pontos de vista em um documento apresentando o posicionamento coletivo, para encaminhar às entidades e publicar com a anuência de todos os envolvidos no processo. ▶

PÓS-GRADUAÇÃO IPOG

O MERCADO VAI DISPUTAR VOCÊ



Curitiba e Londrina

AUDITORIA, AVALIAÇÕES & PERÍCIAS DE ENGENHARIA



Curitiba e Londrina

MBA Projeto, Execução e Controle de Estruturas & Fundações



Curitiba e Londrina

MBA Gestão de Projetos em Engenharias e Arquitetura



Curitiba e Londrina

MBA Executivo em Liderança & Gestão Empresarial



Curitiba, Londrina e Cascavel

Master em Arquitetura & Iluminação

APOIO:



Valores
Diferenciados
p/ Associados

IPOG

CURITIBA (DDD 41) Tim 9655-7756 / Vivo 9246-5541
Claro 8821-8788 / Oi 8406-1545 / 3203-2899 / 3203-2884

LONDRINA (DDD 43) Tim 9957-9372 / Vivo 9188-0736
Claro 8853-4898 / Oi 8483-9131

www.ipog.edu.br | curitiba@ipog.edu.br

[facebook/GrupolPOG](https://facebook.com/GrupolPOG)

twitter.com/IPOG

youtube.com/user/ipogbrasil

linkedin.com/company/ipog

pt.foursquare.com/ipog



8º CEP

Congresso Estadual de Profissionais

Participe do 8º Congresso Estadual de Profissionais – CEP

Foz do Iguaçu
19 à 21 de maio

É a sua oportunidade de
renovar os marcos legais das profissões

Para mais informações
acesse: www.crea-pr.org.br/8cnp



facebook.com/creapr



www.crea-pr.org.br



twitter.com/crea_pr



0800 410067



CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná



Apoio:



CONFEA
Conselho Federal de Engenharia
e Agronomia



MUTUA
CASA DE SEGUROS DO BRASIL S.A.